



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

RITA DE CÁSSIA REBOUÇAS RODRIGUES

**POLÍTICA DE DROGAS E SUBJETIVIDADE - CONTRIBUIÇÕES DAS PERSPECTIVAS
DE MICHEL FOUCAULT E DA BIOPOLÍTICA PARA OS DISCURSOS
CONTRA(A)DICTOS**

FORTALEZA

2016

RITA DE CÁSSIA REBOUÇAS RODRIGUES

POLÍTICA DE DROGAS E SUBJETIVIDADE - CONTRIBUIÇÕES DAS PERSPECTIVAS
DE MICHEL FOUCAULT E DA BIOPOLÍTICA PARA OS DISCURSOS
CONTRA(A)DICTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas e Políticas em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Soares Pontes.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R616p Rodrigues, Rita de Cássia Rebouças.
Política de Drogas e Subjetividade : Contribuições das Perspectivas de Michel Foucault e da Biopolítica Para os Discursos Contra(a)díctos / Rita de Cássia Rebouças Rodrigues. – 2016.
104 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo José Soares Pontes.

1. Política de Drogas. 2. Saúde Pública. 3. Subjetividade. I. Título.

CDD 362.1

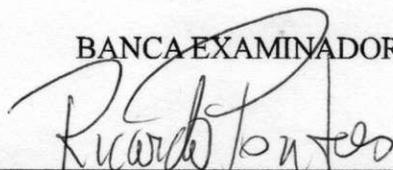
RITA DE CÁSSIA REBOUÇAS RODRIGUES

**POLÍTICA DE DROGAS E SUBJETIVIDADE - CONTRIBUIÇÕES DAS PERSPECTIVAS DE
MICHEL FOUCAULT E DA BIOPOLÍTICA PARA OS DISCURSOS CONTRA(A)DICTOS**

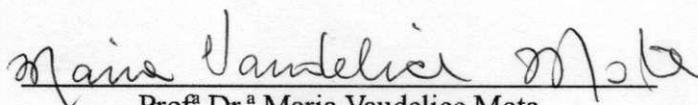
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Ciências Sociais, Humanas e Políticas em Saúde.

Aprovada em: 22/08/2016.

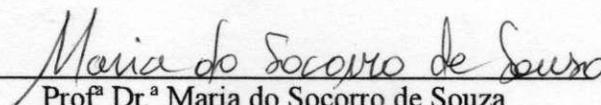
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo José Soares Pontes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.^a Dr.^a Maria Vaudelice Mota
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Souza
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus filhos Ariane, Édson e Emanuel
Neto, bens preciosos.

Aos meus pais, Maria Dalvanira e Emanuel
Filho (in memorian), amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Este Mestrado foi uma parte desejada e sonhada de minha trajetória.

Deixo aqui os meus sentimentos de gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para sua realização.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro e à possibilidade da bolsa de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Ricardo José Soares Pontes, pelo orientador excelente que é, pela bondade em seu ser, pelo homem paciente, experiente e amável; por haver me alentado sobre “caminhos espinhosos e íngremes”, e pela lição primeira - “as coisas belas são difíceis”.

Aos professores participantes da banca examinadora Maria Vaudelice Mota e Maria do Socorro de Souza pelo tempo investido, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Ao Prof. Dr. Fábio Gomes de Matos e Souza, meu sempre mestre, que me apresentou a temática e a primeira oportunidade de trabalhar com os ditos adictos.

À Prof. Dra Marta Maria de França Fonteles, pelo incentivo à carreira acadêmica, por ter o coração maior que aquele que carrega no peito.

Ao novo amigo Francisco Freitas de Gois Junior, por estar no lugar certo, nos momentos incertos e por contribuir com letras, chá e arte.

Ao amigo de longa data, Willy Hoppe de Sousa, por ser uma fonte de inspiração, no tempo. Gostaria de dizer que sim, você me ajudou a conquistar meus objetivos.

Ao amigo Julio Cledson de Oliveira Guedes, que sei e conheço e gosto dele mesmo assim.

Aos colegas da turma de mestrado, agradeço pelas amizades que perduraram, pelo caminho compartilhado, principalmente no primeiro ano do mestrado – pois me fizeram lembrar que jamais estive sozinha.

A todos, minha gratidão.

No Caminho Com Maiakóvski...

“(…)

Tu sabes,

conheces melhor do que eu

a velha história.

Na primeira noite eles se aproximam

e roubam uma flor

de nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem:

pisam as flores,

matam nosso cão,

e não dizemos nada.

Até que um dia,

o mais frágil deles

entra sozinho em nossa casa,

rouba-nos a luz, e,

conhecendo nosso medo,

arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada,

já não podemos dizer nada.

(…)

Dizem-nos que de nós emana o poder

mas sempre o temos contra nós.

Dizem-nos que é preciso

defender nossos lares

mas se nos rebelamos contra a opressão

é sobre nós que marcham os soldados.

(…)

E por temor eu me calo,

por temor aceito a condição

de falso democrata

e rotulo meus gestos

com a palavra liberdade,

procurando, num sorriso,

esconder minha dor
diante de meus superiores.
Mas dentro de mim,
com a potência de um milhão de vozes,
o coração grita – MENTIRA!”

Eduardo Alves da Costa (2003)

RESUMO

O fenômeno do uso do álcool e outras drogas, tornadas ilícitas, suscita, na atualidade, um debate difícil, quase proscrito. Apresenta-se como um grave e complexo problema de saúde pública, com implicações jurídicas e legais. Este estudo teve como objetivo refletir sobre as políticas de álcool e outras drogas no Brasil, analisando os seus processos de construção no contexto histórico através do conceito de biopolítica (biopoder) de Michel Foucault. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, através de estudo de caso, com o referencial da análise de discurso como método, numa perspectiva histórica e antropológica. Pretendeu-se compreender os discursos construídos sobre as drogas, primeiramente quanto ao uso da droga/fármaco no contexto do processo saúde-doença; em seguida procurou-se avaliar como a atual política de drogas estabeleceu-se com base na proibição e criminalização de substâncias tornadas ilícitas através de acordos internacionais, seguido pela maioria dos países, configurando-se como uma guerra contra drogas que é, essencialmente, uma guerra contra pessoas que usam drogas. Para introduzir a discussão sobre subjetividade, o corpo é analisado como objeto de intervenções nos campos da Medicina e do Estado, sem, no entanto, deixar de vislumbrá-lo como imbuído de história, de cultura e mesmo de subjetividade. Afinal, o estudo versa sobre um fenômeno que, sendo aqui objeto do campo da saúde pública, não é possível ser dissociado dos demais saberes. Objeto de estudo por Michel Foucault, o corpo é concebido como “superfície de inscrição dos acontecimentos”, atravessado e arruinado pela história. Foucault percorre pelos caminhos de desvelamento do discurso oficial, que visa ao ordenamento da sociedade, discurso que faz subtrair o direito do sujeito ao seu próprio corpo. Posto o corpo no domínio do Estado, e este exercendo sobre aquele o controle regido pelo discurso de poder, Foucault denomina de biopolítica esta relação que dispõe o biológico e a vida nas estratégias de governança, e que por isso mesmo produz racismo. Racismo que redundava em demarcação, no campo biológico, entre os corpos que devem viver e os corpos que devem morrer. A seguir, já adentrando no campo antropológico, ampliando a discussão do racismo como processo de exclusão e de proscricção, o conceito de etnocídio é utilizado para evidenciar a atuação das políticas repressivas sobre o uso e o comércio de drogas no Brasil, e que têm causado, nas últimas décadas, mais consequências negativas do que propriamente o consumo das drogas em si.

Palavras-chave: Saúde Pública. Controle de Drogas. Subjetividade.

ABSTRACT

The phenomenon of the use of alcohol and another drugs, that made illegal, rises nowadays a difficult debate, almost outlawed. It presents itself as a serious and complex problem of public health with juridical implications. This study aimed to reflect on alcohol policies and other drugs in Brazil, analyzing their construction processes in the historical context through the concept of bio-politics (biopower) by Michel Foucault. This is a qualitative study, through case study, with the framework of discourse analysis as a method, in historical and anthropological perspective. The goal was to understand the speeches built on drugs, primarily for the use of the drug/pharmaco in the context of the health-disease; then sought to assess how the current drug policy was established based on the prohibition and criminalization made illicit substances through international agreements, followed by most countries, configured as a war against drugs is essentially a war against people who use them. To enter the discussion of subjectivity, the body is considered as the object of interventions in the fields of Medicine and the State without fail to glimpse it as imbued with history, culture and even subjectivity. After all, the study deals with a phenomenon that is object of the public health field and can't be dissociated from other knowledge. Object of study by Michel Foucault, the body is designed as "registration surface of events", crossed and ruined by history. Foucault runs by unveiling paths of the official discourse, which aims to ordering of society, speech is subtract the right of the subject to his own body. Put the body in the State field, giving to him the control of the body through the power speech. Foucault calls biopolitics this relationship that has the biological and life in governance strategies, and therefore it produces racism. Racism that results in demarcation, in the biological field, among the bodies what should live and what should die. Next, since entering the anthropological field, broadening the discussion of racism and exclusion process and proscription, the concept of ethnocide is used to highlight the role of repressive policies on the use and the drug trade in Brazil, and have caused in recent decades, more negative consequences than actually the consumption of drugs themselves.

Keywords: Public Health. Drug and Narcotic Control. Subjectivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- “Natureza Morta com Absinto”, óleo sobre tela, de Vincent van Gogh em 1887	15
Figura 2	- “El triunfo de Baco” ou "Los Borrachos", óleo sobre tela, por Diego Velázquez, em 1629	23
Figura 3	- "Bacco", óleo sobre tela, pintado por Michelangelo Merisi (Caravaggio) em 1595	25
Figura 4	- Ilustração da planta da papoula (<i>Papaver somniferum</i>) utilizada para produzir o ópio	33
Figura 5	- Ilustração da planta da maconha (<i>Cannabis Sativa</i>) também conhecida por haxixe ou marijuana	34
Figura 6	- Ilustração do fruto da videira (<i>Vitis vinifera</i>) utilizada para a fabricação do vinho	37
Figura 7	- Ilustração da planta cevada (<i>Hordeum vulgare</i>) utilizada para a fabricação da cerveja	38
Figura 8	- Ilustração da losna (<i>Artemisia Absinthiumfruto</i>) utilizada para produzir a bebida absinto	42
Figura 9	- Ilustração da cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>) utilizada para a fabricação da cachaça	43
Figura 10	- Ilustração da planta coca (<i>Erythroxylum coca</i>) utilizada para a produção da cocaína	44
Figura 11	- “Cocaine Papers”, publicação de Anna Freud	46
Figura 12	- “The Absinthe Drinker”, óleo sobre tela, por Pablo Picasso, em 1901	53
Figura 13	- “Dans un café”, também chamada “l’Absinthe”, óleo sobre tela, por Edgar Degas entre 1875 e 1876	60
Figura 14	- “Le Buveur d'absinthe”, óleo sobre tela, por Édouard Manet, em 1859	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
HCV	Hepatitis C Virus
HIV	Human Immunodeficiency Virus
HUWC	Hospital Universitário Walter Cantídio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Antidrogas
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2	OBJETIVOS	23
3	REVISÃO DA LITERATURA	25
3.1	HISTÓRIA DA DROGA NA ANTIGUIDADE E O PROCESSO SAÚDE DOENÇA	27
3.1.1	<i>Pharmásson</i> como operações mágicas	27
3.1.2	A origem histórica das drogas	28
3.1.2.1	Cannabis	32
3.1.2.2	Álcool	36
3.1.2.3	Coca	44
3.2	DANOS E REPARO DE DANOS - AS DROGAS TORNADAS ILÍCITAS	47
3.3	UM CUIDADO BASEADO NUMA LÓGICA DE GUERRA	49
3.4	A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS NO BRASIL	50
4	METODOLOGIA	53
4.1	TIPO DE ESTUDO	54
4.2	FASES DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	54
4.3	BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	54
4.4	ASPECTOS ÉTICOS	59
5	ANÁLISE DOS DADOS	60
5.1	O SENHOR H E A DOR DE EXISTIR	61
5.2	O CONTROLE SOCIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DE DROGAS	68
5.3	O CORPO COMO “SUPERFÍCIE DE INSCRIÇÃO”	70
5.4	SOBRE O BIOPODER - “DIREITO DE MORTE E PODER SOBRE A VIDA”	72
5.4.1	Conceito de biopolítica/biopoder: o governo da população	72
5.4.2	Biopolítica e Racismo – Entre o Fazer Viver e o Deixar Morrer	74
5.4.3	Guerra às Drogas e Etnocídio – a Eliminação da Diferença	77

5.5	O “EU”, OBJETO DE CUIDADO - SOBRE TRATAMENTOS E SUBJETIVIDADES	78
5.5.1	Sujeito, Corpo, Transgressão	78
5.5.2	A Hermenêutica do Sujeito – Entre o Cuidado e o Conhecimento de Si	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
	APÊNDICE 2 - TERMO DE ANUÊNCIA	104

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Figura 1 – "Natureza Morta com Absinto", óleo sobre tela, pintado por Vincent van Gogh em 1887, quando este morou em Paris.



Fonte: Padosch, Lachenmeier e Kröner (2006)

“Para mim, o mundo é o conjunto das referências desvendadas por todo o tipo de texto, descritivo ou poético, que li, compreendi e amei” (Paul Ricoeur, Teoria da Interpretação, 2013).

Minha aproximação com o tema de álcool e drogas deu-se quando atuei como psicóloga em um projeto de extensão no Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC, entre os anos de 2002 a 2004. Trabalhei junto a uma equipe multidisciplinar e realizava psicoterapia de grupo para alcoolistas no Serviço de Saúde Mental desta instituição. Os pacientes que frequentavam o serviço o faziam de espontânea vontade, e muitos ali estavam há mais de um ano em tratamento. Eles costumavam comemorar cada ano que passavam “limpos” da bebida, compartilhando um bolo feito especialmente para aquela ocasião, com os colegas de grupo. Havia alegria nestes momentos, e eles mencionavam sempre que o grupo para eles tinha a função de apoio e valorização que não encontravam junto às suas respectivas famílias. Então também havia melancolia, e eles se expressavam sobre o bem e o mal que recebiam do mundo. No meu entendimento, eles eram sujeitos tentando seguir com a dor de existir.

Mas no ano de 2005 eu iniciei um trabalho em um município com pouco mais de 18 mil habitantes. Em Icapuí, no Ceará, implantei o Centro de Atenção Psicossocial Pergentino Rebouças Maia - CAPS tipo 1 e recebia no serviço usuários com demandas de uso e abuso de álcool e outras drogas. Muitos eram trazidos por seus familiares e, na sua grande maioria, não aderiam ao tratamento. Outros poucos vinham de livre vontade e sim, estes eram assíduos no serviço. Constatar estas situações extremas trazia-me alguns questionamentos - para quem eu poderia destinar o cuidado? Quem era o doente, de fato? Então eu realizava sessões de orientação à família enquanto tentava “captar” estes usuários; e outras inquietações e perguntas foram surgindo – o usuário de álcool e droga tinha realmente uma situação de doença? Afinal de contas o mal-estar era sentido mais por quem convivia com o sujeito usuário do que por ele mesmo; e outras vezes era tão grande o mal-estar que ele sentia que isso “contaminava” os seus. Eu ainda estava sem respostas. E isto me incomodava sobremaneira.

Então, um usuário em particular chamou a minha atenção – era um senhor de 50 anos, cuja vida social havia sido profícua e atuante em um passado recente, tendo feito parte do Conselho de Saúde do município onde morava. Relatou-me que procurou o serviço não por causa do uso de álcool que faz com frequência e na maioria das vezes abusiva, mas porque ao sentir-se doente, apresentando sinais de fadiga, cansaço e mal-estar geral, acreditava haver alguma relação de sua doença com o uso do álcool.

Na escuta do seu relato percebi a relação que estabeleceu com a droga e como a tornou parceira na sua jornada. O álcool serviu-lhe para criar laços sociais, vínculos que não pode ou não é capaz de conformar ao estar sóbrio. Sofreu, e ao lidar com as frustrações que a vida lhe apresentou, não foi capaz de superar seus conflitos sem um mediador. O álcool é capaz de lhe retornar a vida que sente ir-se aos poucos. Como perdeu ou desfez os vínculos com a sociedade, sai em busca de locais onde casas ou barcos são construídos (não pode beber em casa por repressão de sua mãe e familiares), encontrando trabalhadores (hoje não mais exerce profissão formal) e nesses locais estabelece diálogos onde o que mais aprecia fazer é contar o seu repertório de piadas e divertir a todos. Bebe e conta histórias. Ao final do dia, quando os trabalhadores encerram o seu trabalho, este senhor “esconde” ou guarda a sua bebida na casa que está sendo construída ou no local onde se está construindo o barco. E no outro dia, com outra bebida, vai a outra casa em construção, onde estabelece outros vínculos com os trabalhadores e ao sair, repete o ritual, guardando na casa, a bebida igualmente. De forma que tem várias casas para onde ir, e diversas bebidas para ingerir e muitos “amigos” para rir. Casas onde pode pôr a bebida, porque na sua não lhe é permitido; casas e acomodações para sua bebida, não para ele. Locais onde “trabalhadores” exercem profissões formais, denotando sua vontade inconsciente se não de voltar à ativa, de estabelecer relações com o trabalho e com os trabalhadores. E o álcool funcionando igualmente como um mediador social.

Mas este senhor não vê na bebida um mal, vê uma forma de transcender, de criar uma outra realidade em que nesta possa se expressar, pois só assim constrói possibilidades de existir.

Isto me leva também a questionar – o que faremos diante dessa escuta e dos modos de se perceber do sujeito? O que ouço e vejo neste sujeito é alguém comunicando seu desassossego diante do mundo, de como ele mesmo segue sendo conformado, deformado e reformado pelas experiências, clama e reclama acerca de um modelo de sociedade que não o contém.

Na obra “Nascer Não Basta” Luigi Zoja¹ (1992) explora o padrão psíquico universal e

1 Luigi Zoja foi um psicanalista e escritor italiano. Graduou-se em economia e fez pesquisa em sociologia durante o final dos anos 1960; estudou na Instituto CG Jung, em Zurique onde também trabalhou em uma clínica por vários anos. Seus ensaios versam sobre impasses atuais (vício, consumismo, ausência do pai, o ódio e as projeções paranóicas na política, etc.), à luz de padrões antigos e arquetípicos, expressos no mito e na literatura clássica.

arquetípico que rege o processo da dependência, dizendo-nos que o consumo da droga é uma busca por uma transformação psíquica profunda através de um ritual. Um certo tipo de ritual de iniciação. Nisto, seus estudos corroboram com os de Olievenstein² (1982) que descreve a droga com a função de “alucinar o real”, sugerindo que o mecanismo da dependência estaria ligado à passagem de uma forma de consciência à outra. Um ritual - uma passagem. Zoja (1992) então deduz que aquele que se droga emite uma mensagem – a de que não basta nascer no corpo, é preciso nascer também no espírito. É necessário “nascer de novo”. Observa ele que o padrão arquetípico aqui é o da Morte-Renascimento.

Grandke (2003), estudando o mesmo tema, faz referência à obra de Gaston Bachelard, “A Psicanálise do Fogo” (BACHELARD, 1985) e nos diz que

No capítulo sobre o álcool diz ele que a descoberta do álcool traz uma contradição fenomenológica e compara a água da vida (al-kuhul) à água do fogo. O álcool desaparece enquanto queima e produz luz. (...) Mais adiante Bachelard menciona também que a psiquiatria já percebeu a ocorrência de temáticas com fogo nos delírios alcoólicos e que o símbolo do fogo chama por seu elemento oposto, a água. E para encerrar brilhantemente diz ele que quem bebe álcool pode queimar como álcool (GRANDKE, 2003).

Como disse anteriormente, é notável nos serviços de assistência da rede de atenção psicossocial que são os familiares ou outros interessados que procuram o atendimento para a drogadição do usuário, e não este, denunciando que a motivação para o tratamento, na maioria das vezes, não é psicológica e interior, mas exterior, vinda da sociedade, vindo do outro. “(...) Com frequência, o tratamento é imposto pelos familiares ou pelos colegas do interessado, no auge de uma fase aguda que evidencia o seu comportamento anti-social” (ZOJA, 1992, p. 15).

Minha compreensão é que hoje, nas políticas públicas, não apenas na área da saúde, mas em setores governamentais estratégicos e com amplo poder decisório, como na justiça, polícia, pratica-se, de fato, uma espécie de guerra às drogas e as novas políticas não absorvem o sujeito em seus conflitos existenciais, pois não conseguem dar voz ao sujeito em seus motivos, sendo pautadas exclusivamente no controle do uso das substâncias psicoativas.

Muito se fala sobre a droga, mas pouco escutamos do sujeito. E a políticas criadas para os sujeitos os sujeitam a penalidades em quaisquer relação que estes possam ter com as

2 Claude Olievenstein foi médico, psiquiatra e professor. Fundou em 1970 o Centre Médical Marmottan, em Paris, que se tornou referência mundial no tratamento da dependência.

drogas. As políticas de cuidado os limitam, e oferecer uma escuta para esses sujeitos é sempre um grande desafio.

Bergeret (1991, p. 13) em seu livro *Toxicomanias uma visão multidisciplinar*, nos conta uma história que ilustra como e em que contexto a droga se insere na vida do sujeito.

(...) Um dia, um jovem índio da tribo dos Oglalas, recém saído da infância, refugiou-se numa montanha, sozinho, e lá ficou dois dias. Ele tinha presenciado a invasão de sua aldeia pelo exército dos brancos, que haviam matado o chefe da tribo e diversos membros de sua família. Tratava-se de uma retaliação após uma escaramuça de alguns índios que roubaram uma vaca de um pioneiro mórmon. Nosso jovem índio sofria, mas não conseguia definir seu mal-estar. Normalmente pouco loquaz, ele não tinha com quem dividir sua aflição. Ele sentia a necessidade de ser esclarecido, mas também de ser dirigido. Ele procurava uma resposta.

Com essa história, Bergeret (1991) nos coloca diante da droga como algo que sempre esteve ao alcance da humanidade, que sempre existiu e existirá, em um lugar previamente preparado para ela, no mais recôndito da alma onde estão os pensamentos e os sentimentos perturbadores, como uma força avassaladora, que pode comover e transcender, gerar vida e evocar a morte.

O fenômeno das drogas se apresenta na atualidade como um grave e complexo problema de saúde pública, com implicações jurídicas e legais. Sejam ilícitas ou mesmo lícitas, seu uso, muitas vezes abusivo, não contribui tanto para elevar as estatísticas de morbidade e mortalidade por causas externas (acidentes de trânsito e de trabalho e violência domiciliar), quanto o que decorre dos homicídios, agressão e da repressão ao comércio ilegal e tráfico, denominada de guerra às drogas.

A guerra às drogas tem deixado um legado de violência sem precedentes no Brasil e no mundo, com profundas mudanças nos padrões de saúde-doença na população jovem (WHO, 2014; GBD, 2015; OSORIO, 2015).

Estudos de Nogueira (2004) para a população brasileira no ano de 2001, mostravam que a mortalidade do sexo masculino compreendida na faixa etária de 15 a 59 anos quantificam 41% para causas externas, aproximando-se dos 48% para as doenças não transmissíveis, neste grupo. De fato, hoje, as estatísticas de mortalidade por causas externas, que englobam os acidentes e violência, ultrapassaram as doenças crônicas e não-transmissíveis nessa população (DATASUS, 2016).

O Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre violência considera que esta violência é cometida como resultado do uso de drogas e álcool, mas alguns investigadores, incluindo os da OMS, têm apontado que a violência é resultante da atual política internacional de drogas (WHO, 2014).

Le Poulichet (1990), no estudo do fenômeno, diz que as toxicomanias nos colocam diante de uma encruzilhada temática, pois ele pertence aos campos sociológico, médico, jurídico, psicológico, etnológico e psicanalítico.

E se faz necessário todos esses saberes para que se empreenda uma discussão global sobre o tema. O fenômeno é bastante complexo e necessita de visões multidisciplinares para que se possa, como diria Del Olmo (2002, p. 75) “redefinir o que se entende por droga, e ao mesmo tempo iniciar a desconstrução das políticas atuais e a avaliação dos tratados internacionais vigentes que ninguém se atreve a questionar”.

Neste estudo, para examinar o fenômeno, inicia-se o percurso histórico no contexto da saúde-doença, pois que cada período apresenta uma maneira peculiar de lidar com a droga; necessário se faz uma compreensão de como chegamos aonde estamos, das relações que se estabeleceram entre os modos de vida e a produção da saúde-doença, para que se empreenda uma reflexão crítica sobre as singularidades do sujeito, para o qual as drogas possuem uma representação simbólica.

O uso de substâncias psicoativas não é algo novo na história da humanidade (TOSCANO JR., 2001), nem mesmo um fenômeno exclusivo da época em que vivemos, mas uma prática milenar e universal (GAUER, 1990). O ser humano sempre procurou, através dos tempos, formas de aumentar o seu prazer e diminuir o seu sofrimento (MARTINS & CORRÊA, 2004).

Para este levantamento histórico e para o necessário diálogo com a inserção da droga em um campo mais amplo de atuação sobre o contexto da saúde-doença, buscou-se pesquisadores como Gil Sevalho, Pratta e Santos, Henrique Carneiro, Marilena Chauí, Antonio Escohotado, Edward Macrae, Bernard Gontiès, Tom Standage, Beatriz Carlini-Cotrim, dentre muitos outros.

Em seguida, procurou-se avaliar como a atual política de drogas estabeleceu-se com base na proibição e criminalização de substâncias tornadas ilícitas, através de estabelecimentos de acordos internacionais, seguido pela maioria dos países e que configurou-

se como uma guerra contra drogas que é, essencialmente, uma guerra contra pessoas que usam drogas.

Para esta pesquisa, buscou-se vários autores que ousadamente contribuíram com suas visões críticas para a discussão sobre a criminalização e a política repressiva, no Brasil e no mundo, como Thomas Stephen Szasz, Maria Lúcia Karam, Luciana Boiteux, Julio Delmanto, D'Elia Filho, Rosa Del Olmo, José Arbex Junior, Eugenio Raul Zaffaroni.

Estabelecido o debate e no intuito de proceder a uma problematização do fenômeno, propus-me a uma imersão no campo das ideias, no domínio do pensamento sobre as coisas e daquilo que se pode acessar sobre estar diante dos dilemas humanos. Porque como algo tornado alienante, proscrito, a droga é percebida como aquilo que afeta profundamente a humanidade, então uma interlocução com os campos da antropologia e da filosofia torna-se necessária.

Para introduzir a discussão sobre subjetividade e sobre o aspecto humano, tomei o corpo como objeto de intervenções nos campos da Medicina e do Estado, sem no entanto, deixar de vislumbrá-lo como imbuído de história, de cultura e mesmo de subjetividade. Afinal o estudo versa sobre um fenômeno que, sendo aqui objeto do campo da saúde pública, não é possível ser dissociado dos demais saberes.

Com Deleuze imaginei realizar uma provocação, quando este pensador pergunta, sem esperar pela resposta – o que pode um corpo? E isto deixa-nos com um vasto e ampliado campo de atuação - as possibilidades do humano, objeto de domínio, de dominados e de dominadores.

E o corpo também foi objeto de estudo por Michel Foucault que concebendo-o como “superfície de inscrição dos acontecimentos”, atravessado e arruinado pela história, produz sentidos. Foucault, muito habilidosamente, percorre por caminhos de desvelamento do discurso oficial, que visa ao ordenamento social, discurso que faz subtrair o direito do sujeito ao seu próprio corpo.

Posto o corpo no domínio do Estado, e este exercendo sobre aquele o controle regido pelo discurso de poder, Foucault denomina de biopolítica esta relação que dispõe o biológico e a vida nas estratégias de governança e que por isso mesmo produz o racismo. Racismo que redundava em demarcação, no campo biológico, entre os corpos que devem viver e os corpos que devem morrer.

A seguir, já adentrando no campo antropológico, ampliando a discussão do racismo como processo de exclusão e de proscricção, o conceito de etnocídio é utilizado para evidenciar a atuação das políticas repressivas sobre o uso e o comércio de drogas no Brasil, a partir das ideias de Eduardo Viana Vargas sobre “os corpos intensivos”, de problematizações levantadas por Pierre Clastres, por Anthony Richard Henman e por Gilberto Cardoso Alves Velho.

E para finalizar, faz-se uma reflexão sobre subjetividade e transgressão, seguida de uma análise de dois conceitos explanados por Michel Foucault, no livro *A Hermenêutica do Sujeito*, quando este propõe uma relação entre o "cuidado de si mesmo" (epiméleia heautoû) e o conhecer-se a si mesmo (gnôthi seautón), como uma atitude filosófica, um imperativo da existência.

2. OBJETIVOS

Figura 2 – “El triunfo de Baco” ou "Los Borrachos", óleo sobre tela, por Diego Velázquez, em 1629.



Fonte: Lourdes Cirlot, (2008).

“Antes, muito antes de se tornar um problema administrativo, o vinho era um deus.”

(Ortega y Gasset, Três Quadros do Vinho)

- Refletir sobre as políticas de álcool e outras drogas no Brasil, analisando os seus processos de construção no contexto do controle social e no conceito de biopolítica (biopoder) de Michel Foucault³;

- Avaliar como as drogas se inserem – ou são inseridas – nas estratégias de ações, procurando uma relação de sentido do mundo atual para com as drogas, compreendendo os discursos construídos sobre estas, com as relações de poder, no sentido utilizado por Michel Foucault;

- Avaliar como a política passa de um esforço de eliminação da droga para a eliminação do sujeito, através do que é preconizado e realizado pelos sistemas judiciário e de segurança pública, com o estabelecimento da “guerra às drogas”.

3 Michel Foucault nasceu na França, em uma família tradicional de médicos, mas frustrou as expectativas de seu pai ao interessar-se por história e filosofia. Licenciou-se em Filosofia e Psicologia e lecionou em universidades na Alemanha, Suécia, Estados Unidos e outras; trabalhou durante muito tempo como psicólogo em hospitais psiquiátricos e prisões. Realizou investigação histórica sobre a formação dos saberes e suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle por meio das instituições sociais. Interessou-se pela análise do discurso e práticas de subjetivação. Dentre os livros que escreveu, destacam-se “*História da Loucura*” - sua tese de doutorado e “*História da Sexualidade*”.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Figura 3 – "Bacco", óleo sobre tela, pintado por Michelangelo Merisi (Caravaggio) em 1595.



Fonte: http://www.auladearte.com.br/historia_da_arte/caravaggio.htm#ixzz3OXawAGYN (2016)

A ALMA DO VINHO

Cantava a alma do vinho à tarde nas botelhas:
"Homem, eu ergo a ti, que és deserdado e triste,
De minha prisão vítrea e de ceras vermelhas,
Um canto fraternal que só de luz consiste!

Sei de quanto precisa a colina acendida
De amargura, de suor e do sol mais ardente

Para que esta alma seja e que eu palpite em vida;
Mas eu nunca serei ingrato ou inclemente,

Sempre sinto prazer imenso quando desço
Uma garganta humana usada de refregas,
Sempre um cálido peito é um sepulcro sem preço
Em que eu vivo melhor que nas frias adegas.

Ouves dominicais refrões bem como a Graça
Da esperança que vibra em meu seio fremente?
Apóia as mãos à mesa, as mangas arregança,
Glorifica-me após e serás mais contente.

Acenderei o olhar de tua bem-querida;
Ao teu filho darei os músculos e as cores,
Serei para este fraco atleta desta vida
Óleo a robustecer bíceps de lutadores.

Eu tombarei em ti, vegetal ambrósia,
Precioso grão que atira o eterno Semeador,
Para que nosso amor desempenhe a Poesia,
Brotando para Deus como uma rara flor!"

(Charles Baudelaire, As Flores do Mal.)

3.1 HISTÓRIA DA DROGA NA ANTIGUIDADE E O PROCESSO SAÚDE DOENÇA

De acordo com Sevalho (1993 *apud* PRATTA e SANTOS, 2009) as primeiras representações de saúde e doença eram concebidas como acontecimentos mágicos; assim o eram as concepções dos antigos povos da Mesopotâmia, pois para eles as doenças eram provocadas por influências sobrenaturais. Posteriormente, a doença passou a ter uma explicação de cunho religioso, e acreditava-se que seria enviada pelos deuses. Entretanto, foram os conhecimentos desenvolvidos pelos egípcios que modificaram essa concepção; estes entendiam a doença como naturalizadas, juntamente com as crenças sobrenaturais, religiosas e mágicas que possuíam. Mas foram os gregos, com sua preocupação em compreender a natureza humana, através da mitologia e filosofia, que trouxeram, nesse período, significativas contribuições sobre saúde e doença.

Ainda segundo Sevalho (1993), foi a partir das ideias de Hipócrates que essa visão começa a mudar. Considerado o pai da medicina moderna, Hipócrates foi quem introduziu o conceito de causas naturais para os acontecimentos do mundo e desenvolveu a ideia de que o homem é constituído de quatro humores corporais - sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma, advindos de quatro elementos da natureza: calor, frio, umidade e aridez. Sendo assim, a saúde seria o resultado do equilíbrio entre esses quatro humores no corpo, enquanto a doença seria provocada pelo excesso ou pela ausência de um deles, e para se alcançar a cura deveria se buscar o equilíbrio desses humores no organismo (CAIRUS e RIBEIRO, 2005). Essa concepção traz a ideia de doença individual e a possibilidade de cura.

3.1.1 *Pharmáссо* como operações mágicas

E na busca por algo que venha amenizar o sofrimento e os males do corpo e da alma, surge o que denominou-se de *phármakon*, termo grego que possui mais de um significado – filtro, remédio, veneno, cosmético e máscara. Como filtro é poção mágica, encantamento; como remédio é substância utilizada pelo médico para curar os doentes (CHAUÍ, 2003). O *phármakon*, ao mesmo tempo que era remédio era também veneno, isto porque apenas a dosagem determinava o efeito benéfico ou maléfico. No *phármakon* residia o

bem e o mal – a emergência da cura e da vida como também coexistia a possibilidade do envenenamento e da morte. Como as plantas, de onde eram usualmente fabricados, o *phármakon* apresentava propriedades terapêuticas e tóxicas.

Para amplificar a discussão acerca dos significados e derivações que o termo *pharmakón* encerra, Marchelli (2010) nos traz uma esclarecedora relação semântica entre este termo e seu verbo no particípio *pharmásson* a partir da análise da *Odisséia*, de Homero. Esta autora cita a análise feita pelo historiador Paul Wathelet (2000), onde percebe-se o sentido ainda mágico e misterioso que o termo carrega, pois que referindo-se à fabricação de ferramentas de trabalho como o processo de forja de lanças e espadas, o verbo *pharmásson* designa a transformação sofrida pelo metal incandescente quando ele é submetido à água fria na produção de uma ferramenta, enquanto o termo *phármakon* é empregado como substância não apenas capaz de provocar uma alteração, mas igualmente como um instrumento eficaz para a execução desta tarefa.

Diz Wathelet (2000, p. 174) - “A arte de trabalhar os metais era, na época arcaica, ligada aos segredos orgulhosamente guardados pelas confrarias nas quais não se podia entrar sem iniciação. Isto quer dizer que a arte do ferreiro Hefestos se associa aos dons de encantar”. E assim prossegue o historiador: “O verbo *pharmásson*, denominativo *phármakon*, é uma palavra que mais tarde será utilizada para designar operações mágicas”.

Essa analogia com o verbo *pharmásson* é trazida igualmente por Salles (2014) em uma abordagem hermenêutica das ocorrências do termo *phármakon* e dos seus cognatos, na poesia e na medicina antiga.

3.1.2 A origem histórica das drogas

Carneiro (2005 *apud* ARAUJO e COSTA, 2012) analisa historicamente o significado do termo droga. Diz-nos ele que a palavra ‘droga’ é derivada provavelmente do termo holandês medieval *droog*, que significa “seco”.

Este termo expandiu-se durante a época das grandes navegações, entre os séculos XVI ao XVIII para nomear produtos secos, e que igualmente designavam um conjunto de substâncias naturais utilizadas na medicina e na alimentação (VARGAS, 2008). Eram os europeus, na sua grande maioria composta por holandeses, através da Companhia Holandesa

das Índias Orientais (VOC - Vereenigde Oost-Indische Compagnie) que monopolizavam as rotas de mercadorias asiáticas, especialmente as denominada de “folhas secas” ou “especiarias” que eram: a canela, o sândalo, a noz moscada, a pimenta, a baunilha, o gengibre, o açafreão, o cânhamo, o ópio. Estes produtos só eram possíveis de ser cultivados nos países de climas distintos daqueles encontrados na Europa (BRAUDEL, 1961; ESCOHOTADO, 1998).

A palavra droga foi também utilizada na tinturaria e para referir-se à substâncias que poderiam ser consumidos por mero prazer. Mesmo que redundante, é preciso não esquecer que drogas são ainda todos os fármacos.

No final da Idade Antiga e durante praticamente toda a Idade Média – dos séculos V ao XV – sob influência da Igreja, a concepção de doença é retomada como um castigo divino e “a medicina se exercia somente na porta das igrejas, junto à pia de água benta” (MICHELET, 1992, p. 103).

Nesse período, em que predominava o poderio da Igreja, tanto em termos religiosos quanto em termos econômicos, o uso de diversas plantas medicinais e seus rituais de preparação e administração eram associadas à práticas demoníacas e à feitiçaria, pois se Deus enviava a doença, combatê-la ou mesmo curá-la iria contra a vontade divina, constituindo-se em prática herege, além do mais, o sofrimento era concebido como uma maneira de aproximação a Deus (MACRAE, 2001).

Então muitos doentes procuravam a medicina popular das “boas mulheres” ou feiticeiras, dos pastores e dos carrascos (hábeis cirurgiões e veterinários, pois consertavam ossos luxados e quebrados) e seu *pharmakon*, seja para diminuir a dor, curar doenças ou aliviar um sofrimento. As drogas mais utilizadas eram a erva-moura, a beladona, (considerada como um poderoso veneno, para acalmar as convulsões que por vezes sobrevêm durante o parto), ducamara (provavelmente a primeira tentativa da homeopatia, que causava ligeira irritação e formigamentos, usada como remédio para as doenças de pele, dominantes à época). (MICHELET, 1993).

Toscano Jr. (2001), menciona que durante a Idade Média a única droga permitida pela Igreja era o álcool, e mesmo o vinho, que, tradicionalmente é utilizado até hoje nos rituais do Cristianismo, pois representa simbolicamente o sangue de Jesus Cristo. A utilização de qualquer outro tipo de droga ou planta era punida pela Inquisição e sujeitava os infratores à

penas de tortura e morte.

Apesar das intensas perseguições da Igreja, foi na Idade Média que se promoveu “todo um saber herbário, alquímico e secreto, bem como de uma prática popular sobre as plantas” (TOSCANO JR., 2001).

A Alquimia foi uma arte secreta de produção e de transformação de substâncias. A palavra Alquimia vem do árabe Al-khemy e significa “a química”. O desenvolvimento desta ciência iniciou-se por volta do século III a. C., em Alexandria, neste local que era o berço de convergência da tradição grega, platônica, pitagórica, estóica, egípcia. Sua origem deveu-se à fusão de três correntes do pensamento antigo – a filosofia grega, a tecnologia egípcia e o misticismo oriental.

Sob a influência desse componente místico, os alquimistas atribuíram propriedades sobrenaturais às plantas, dentre outras coisas. Trabalhavam em segredo e em seus laboratórios manipulavam os elementos químicos conhecidos à época, o que possibilitava avanços práticos de procedimentos químicos como a destilação e a descoberta de novos metais.

Como arte secreta, com suas fórmulas e recitações mágicas de invocação indistintas a deuses e demônios, os alquimistas também foram perseguidos pela Inquisição, acusados de pactos com o demônio, presos, excomungados e queimados vivos. A Alquimia encerrava três grandes fundamentos: transformar os metais considerados inferiores (principalmente o mercúrio e o chumbo) em metais nobres (ouro e prata); curar as enfermidades e os males humanos, encontrar a fonte da juventude e a imortalidade; alcançar a transformação espiritual do alquimista, de “homem caído a criatura perfeita” (ARRUDA, 1988; EBERLY, 1995).

A primeira metade da Idade Média ficou conhecida como a “Idade das Trevas”. Esta foi uma expressão originalmente empregada por Caesar Baronius em 1602 para caracterizar o período entre os séculos V e IX. Nessa época, as artes e as ciências, quando comparadas à Idade Antiga, haviam declinado e em grande parte decorrente da Igreja Católica, que dominou política e economicamente a Europa nesse período. Atribui-se à dominação religiosa o impedimento do desenvolvimento da razão, criando uma era de atraso e primitivismo.

Mas chega-se ao final da Idade Média e a Europa vive o mal da peste negra (peste

bubônica) como uma assolação que dizimou entre 25 a 75 milhões de pessoas, aproximadamente um terço da população europeia (CAMPBELL e cols, 2010; MCNEILL, 1976). O medo da morte era perturbador. O que leva Sydenham⁴, apoiado em Bacon e Locke, a uma ruptura com o modelo da antiguidade clássica de entender a doença e os processos do adoecimento, fazendo surgir um novo modo de conceber a doença, através do saber médico (ORNELLAS, 1999).

O advento do Renascimento no final do século XV provocou uma ruptura com as estruturas medievais e favoreceu o declínio progressivo do poderio da Igreja, pois esta não conseguia mais explicar todos os fenômenos e doenças; o Renascimento provocou a redescoberta e revalorização das referências culturais da antiguidade clássica e trouxe um novo olhar sobre a doença e sobre o uso de drogas, com estas passando a ser utilizadas principalmente por boticários europeus e como meio recreativo; nesse período Paracelso estuda a aplicação de certas drogas medicinais (MACRAE, 2001).

Para Allen Jr. (2016, p. 13) “o Renascimento, de modo simples, foi o início da Idade Moderna”. Foi uma época que em muito favoreceu a superação de velhos conceitos sobre doenças e drogas. E a invenção da impressão com tipos móveis, por Johann Gutenberg, contribuiu para a expansão desse conhecimento:

As novas drogas foram chegando de terras distantes desconhecidas pelos anciões. Impressores, após terem cumprido a demanda de impressão de livros religiosos, como bíblias e hinários, voltaram-se para obras farmacêuticas e médicas, especialmente aquelas que poderiam ser beneficiadas com a impressão de ilustrações profusas e detalhadas (...) a impressão teve um profundo efeito no estudo de plantas medicinais, visto que a ilustração de plantas podia ser facilmente reproduzida (ALLEN JR., 2016, p. 13).

Inclusive foi a fibra para a fabricação de papel, uma substância psicoativa, o cânhamo (*Cannabis sativa*), a primeira fibra utilizada para a fabricação de todos os livros, documentos oficiais e papel-moeda durante muito tempo.

A Idade Moderna impulsionou o avanço da ciência, com uma grande evolução da

⁴ Thomas Sydenham foi um médico inglês. Publicou os livros *Methodus curandi febres* (Como curar febres), em 1666; *On Epidemics* (Sobre Epidemias), *On the Lues venerea* (Sobre as doenças Venéreas), *Processus integri* (O Processo da Cura). Sydenham tornou-se famoso também sucesso de seu tratamento "expectante" da varíola, através do Láudano (primeira forma de tintura de ópio).

medicina e mesmo da ciência farmacêutica. Menciona Allen Jr. (2016) que havia um grande número de descobertas em química realizadas por farmacêuticos e que foram farmacêuticos que se destacaram pela descoberta do oxigênio, do cloro, da glicerina, dentre outros. Ainda nos diz o pesquisador - “Visto que a maioria das substâncias ativas antes de 1900 era originada do reino vegetal, não é surpreendente que os farmacêuticos tenham dominado a pesquisa nessa área entre os anos 1700 e 1800” (ALLEN JR., 2016, p. 15). E ainda:

Em colaboração com médicos interessados, os farmacêuticos documentaram as fontes de drogas vegetais ao redor do mundo, fazendo importantes contribuições para o surgimento da botânica. Combinando essa competência com as habilidades de manipulação de compostos, os farmacêuticos continuaram as pesquisas iniciadas por Paracelso para encontrar princípios ativos puros nas plantas medicinais (ALLEN JR., 2016, p. 15).

Neste período, com o desenvolvimento do método cartesiano, da física e da química surge a explicação das doenças com base na visão do corpo humano como máquina, através de uma concepção mecanicista da vida.

No século XIX o farmacêutico Friedrich Sertürner obteve êxito em extrair a morfina a partir do ópio (ALLEN JR., 2016, p. 16). Posteriormente, cientistas conseguiram isolar os princípios ativos das mais variadas plantas, o que levou à produção de substâncias como cafeína, cocaína, codeína, entre outros (MACRAE, 2001; TOSCANO JR., 2001).

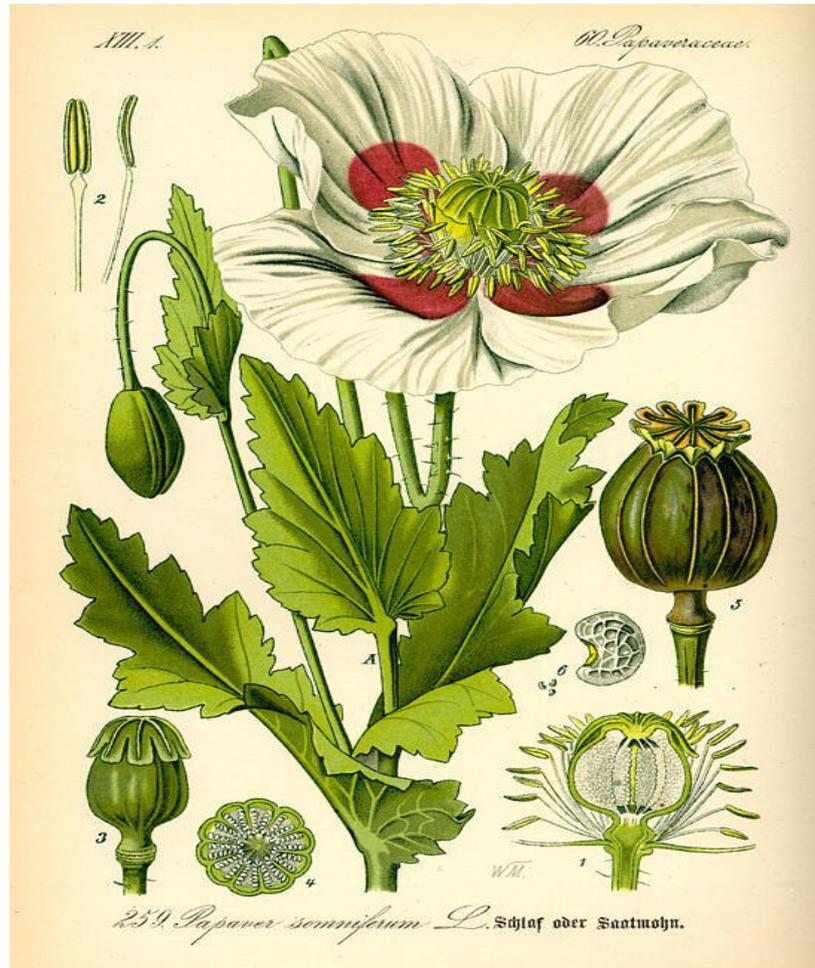
Utilizadas para uso medicinal ou mesmo recreativo, o consumo de substâncias como ópio, *cannabis* e cocaína eram legais até o início do século XX (BOITEUX, 2014).

3.1.2.1 Cannabis

O Papiro de Ebers é um tratado médico escrito por volta de 1.500 a.C. no Antigo Egito; e nele estão detalhadamente descritas centenas de plantas e suas propriedades terapêuticas, como a referência ao cânhamo para o tratamento de problemas oculares e os efeitos calmantes da papoula (Figura 4).

Na Índia, em 1.000 a. C., o cânhamo (Figura 5) era utilizado para constipação intestinal, falta de concentração, malária e doenças ginecológicas (GONTIÈS E ARAÚJO, 2003; MOTT, 1986; ZUARDI, 2006).

Figura 4– Ilustração da planta da papoula (*Papaver somniferum*) utilizada para produzir o ópio.



Fonte: Thomé (1885).

Existem registros do uso da fibra do cânhamo na fabricação de diversos tipos de tecidos na Idade Antiga (CARNEIRO, 1997).

Heródoto, o historiador grego, anotou em 450 a.C. um hábito dos Citas, antigo povo do Oriente Médio e da Ásia, de que quando um rei morria deveria ser fechado numa tenda de tecido e rochas deveriam ser aquecidas até ficarem incandescentes; então deveria-se jogar Cannabis sativa nas brasas com a finalidade de se produzir uma “sauna psicoativa” (BURGIERMAN, 2011, p. 68). E ainda De Félice [1936/70], *apud* Gontiès e Araújo (2003) conta-nos que Heródoto, ao descrever esse ritual religioso, menciona como a fumaça que se formava era exalada e embriagava estes povos, tornando possível a comunicação com os

mortos. Para Heródoto, este acontecimento, que remetia ao ritual funerário através dos banhos de vapor, tinha a finalidade de purificar os vivos do contato com a morte.

Porém, o primeiro registro do uso dessa planta é encontrado no Pen Tsao, o primeiro tratado sobre ervas da Antiguidade de que se tem notícia, escrito na China há cerca de 4700 anos (BURGIERMAN, 2011, p. 67). O Pen Tsao, foi escrito pelo imperador chinês Shen Nieng, e seu trabalho em farmacologia tratava do uso da cannabis no tratamento do reumatismo e apatia e também como sedativo (CARLINI, 1980; SONENREICH, 1982).

Figura 5 – Ilustração da planta da maconha (*Cannabis Sativa*), também conhecida por haxixe ou marijuana.



Fonte: Thomé (1885).

Szasz (1993, p. 16) menciona que desde a fundação das colônias americanas até a

Guerra Civil, a colheita de maconha teve uma grande importância econômica, e produzia-se a matéria prima necessária para as telas de cânhamo, roupas e cordéis. Os colonos, inclusive George Washington (o primeiro presidente dos Estados Unidos), cultivaram essa planta (SZASZ, 1993, p. 16; ROBINSON, 1999, p. 81; BELL, 2012).

Há registros também do uso da maconha pelos povos indígenas da Amazônia, como o diz Monteiro (1994, p. 35) “estes já utilizavam na forma medicinal, no preparo de chás e pós pelos pajés, como também nas cerimônias religiosas com o intuito de manter contatos com as divindades”.

Nas tribos dos povos xamãs (BONNEFOY, 1991; HARNER, 1976; ELIADE, 2003; POVEDA, 1997) os eventos ritualísticos eram realizados com a utilização de plantas alucinógenas e buscava-se através de transe, adentrar no mundo dos espíritos e de seus ancestrais; esta é uma tradição que tem entre 10 e 15 mil anos.

Os índios americanos também faziam uso de plantas alucinógenas, como a erva do diabo ou o cacto peiote - alucinógenos devido à mescalina (CASTANEDA, 2008). Acredita-se que este é o motivo de seus desenhos nas cavernas serem tão coloridos; é provável que a percepção alterada os fizessem contemplar a realidade com efeito mais colorido. Acredita-se que as famosas esculturas onde deuses parecem sair de cogumelos, criadas pelos povos da Guatemala por volta de 1500 a.C., eram inspiradas no uso do cogumelo que estes povos faziam para alterar a percepção (BEOLCHI JÚNIOR, 2015).

Existe uma história sobre uma seita esotérica, a sociedade secreta de Alamut, que tem no consumo de drogas suas origens assombrosas. O trecho abaixo é citado por Zoja (1992, p. 66 e 67):

Um poderoso senhor, chamado o “velho da montanha”, tinha os jardins mais bonitos que se pode imaginar.

Havia riachos onde corria leite, mel e vinho, e sobre os campos dançavam e cantavam moças lindíssimas. Era impossível entrar ali. Mas de quando em vez o velho oferecia a um jovem uma bebida misteriosa. O rapaz perdia os sentidos e era levado ao jardim. Ali ele acordava e logo se convencia de que estava no paraíso. De quando em quando o velho oferecia de novo a poção a alguém da sua feliz corte. Desta vez o levava ao palácio. Ao acordar o jovem recebia a ordem de matar alguém. Ao sicário era prometido que, caso fosse bem sucedido, os poderes do velho o levariam de volta ao jardim-paraíso. Mas se morresse na tentativa, obteria praticamente o mesmo resultado de acordo com o Alcorão. Não era preciso dizer que as execuções eram muito eficientes e por muito tempo naquela região todos se submeteram ao “velho” e lhe pagaram tributos.

“Os adeptos da seita se chamavam Hasisins, termo que em árabe significa “gente do haxixe” e que em italiano – como em português – foi traduzido por Assassinos” - completa Zoja (1992, p. 67).

Para Bernard Lewis (2003), haveria uma notável ligação entre essa seita e o comportamento extremista islâmico. Mas é Gontiès (2003) quem situa o advento dos “Assassinos” no século XII, identificando-os com uma seita islâmica, cujas práticas se tornaram famosas pelo fanatismo religioso e criminalidade. Seu líder era Hassan Ibn-Sabbah, conhecido como o Velho da Montanha, que após conquistar a fortaleza de Alamut, situada ao sul do mar Cáspio, torna-se o chefe dessa organização secreta. Esta sociedade secreta sequestrava belos jovens entre 12 e 20 anos, que eram adormecidos com bebida de cannabis (GONTIÈS, 2003), e em seguida levados para o jardim das delícias, de onde esses jovens não desejavam mais sair. Para permanecerem lá e obter a bebida, submetiam-se às ordens do líder para matar ou roubar. Posteriormente, ficaram conhecidos através das descrições de Marco-Polo (DE FÉLICE, 1936/70; POLO, 1977; SONENREICH, 1982).

Em 1218 Gengis Khan extinguiu esta seita com a morte de 12.000 homens. E em meados de 1379 promulgou-se uma lei rigorosa contra o uso da cannabis, que estabelecia punições para os usuários como ter as solas dos pés e os dentes arrancados.

Historiadores ponderam que uma droga como o haxixe não poderia estimular tamanha violência, como os crimes a sangue frio; a utilização da droga teria uma outra função – para trazer à lembrança a ideia do paraíso, quando utilizada nos rituais de iniciação da ordem e experimentada pelo aspirante no jardim das delícias, este tivesse uma prova do que o aguardaria no futuro, após sua morte em função da causa. Este fenômeno remete ao que o poeta francês Charles Baudelaire captou em seu *Poème du Haschisch* (BAUDELAIRE, 1869).

3.1.2.2 Álcool

Do culto a Dionísio em 540 a.C., considerado como o deus do vinho entre os gregos, às inúmeras lendas européias, representado por divindades e assumindo diferentes nomes, o álcool era originalmente extraído de suco de frutas fermentadas, já existindo

referências ao seu uso a partir do período neolítico, cerca de 10000 a 8000 a.C. (Figura 6).

Figura 6 – Ilustração do fruto da videira (*Vitis vinifera*), utilizada para a fabricação do vinho.

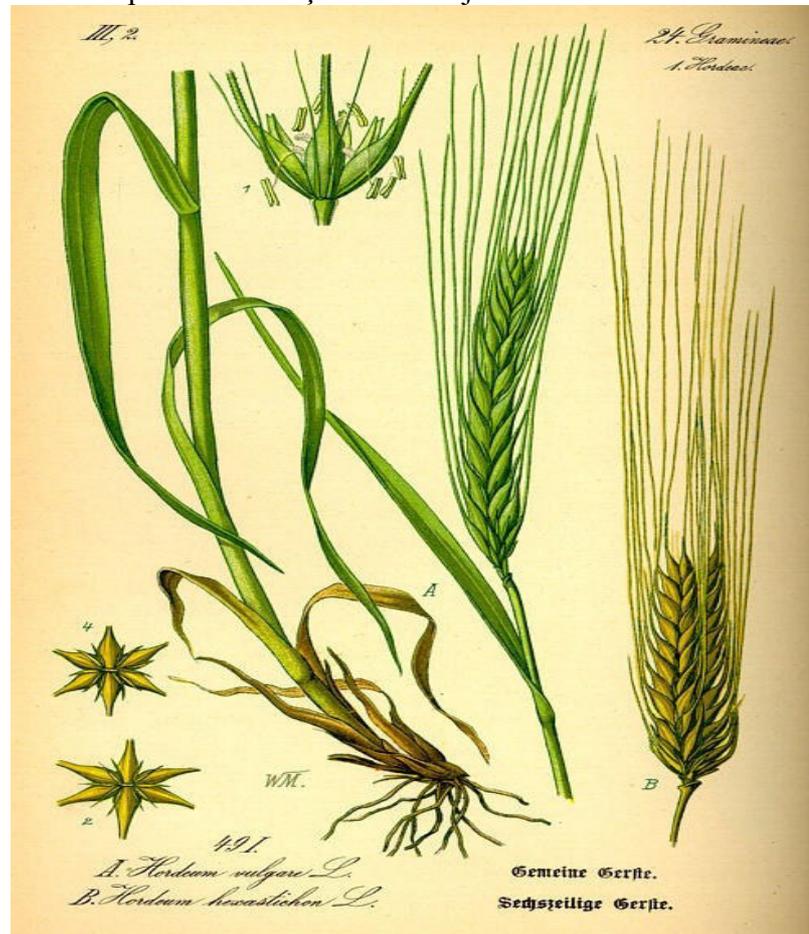


Fonte: Thomé (1885).

O sumo das frutas, os grãos fermentados e o mel foram utilizados durante milhares de anos para produzir álcool pelos povos egípcios e gregos. Existem registros de uso de bebidas fermentadas como o vinho e a cerveja nas sociedades mais antigas (LAPATE, 2001).

Fortes (1991, p. 1) refere que no Egito, há aproximadamente 3.400 a.C., “a cerveja, proveniente da cultura do arroz na Índia ou da cevada cultivada no velho Egito (Figura 7), foi, provavelmente, a primeira bebida alcoólica elaborada pelo homem em larga escala”.

Figura 7 – Ilustração da planta cevada (*Hordeum vulgare*), utilizada para a fabricação da cerveja.



Fonte: Thomé (1885).

Standage (2005) refere que a fabricação da cerveja remonta ao período de 10.000 a. C., quando os homens coletavam grãos e perceberam que poderiam armazená-los para serem consumidos posteriormente, inclusive como papas ou mingaus.

Uma outra utilidade dos grãos era a utilização dos mesmos para a purificação da água do Nilo, quando usada para consumo pelos egípcios. Esses povos atribuíam a descoberta da cerveja à Osíris, o deus dos mortos e da vegetação, na mitologia egípcia.

Um dia ele [Osíris] preparou uma mistura de água e grão germinado, mas esqueceu-se dela e deixou-a ao sol. Retornou mais tarde e descobriu que o mingau tinha fermentado; decidiu bebê-lo e ficou tão satisfeito com o resultado que passou seu conhecimento para a humanidade. (STANDAGE, 2005, p. 22).

Apreciada como um presente dos deuses, era compreensível a apresentação dessa bebida a esses mesmos deuses como uma oferenda religiosa. A cerveja era utilizada em práticas religiosas, rituais de fertilidade na agricultura e funerais, pelos povos do Egito e sumérios⁵. Os incas celebravam com a chicha, bebida fermentada a partir do milho, os rituais de passagem (nascimento, puberdade, matrimônio ou morte). Os romanos cultuavam e agradeciam a Baco pelo “vinho divino” atribuindo a este deus a sua invenção. A prática de levantar uma taça ou copo para brindar com alguém e desejar saúde, comemorar um casamento, aniversário ou uma conquista perdura até hoje como a representar simbolicamente uma oferenda aos deuses.

Existe uma narrativa egípcia que atribui à cerveja a salvação da humanidade de uma destruição. Standage (2005, p. 30) nos traz essa narrativa:

Rá, o deus-Sol, soube que os homens estavam tramando contra ele e despachou a deusa Hathor para puni-los. Mas a crueldade da deusa era tanta que Rá temeu que não sobrasse ninguém para venerá-lo e ficou com pena d humanidade. Rá preparou uma vasta quantidade de cerveja – sete mil jarros, segundo algumas versões da história -, aplicou tinta vermelha no líquido para que parecesse sangue e espalhou-o pelos campos, onde brilhou como um grande espelho. Hathor parou para admirar o reflexo de sua imagem inclinou-se para beber um pouco da mistura. Ficou embriagada, caiu no sono e esqueceu-se de sua missão sangrenta. A humanidade foi salva, e Hathor tornou-se deusa da cerveja e da fermentação.

Mas a cerveja encerrava igualmente o sentido de desenvolvimento e civilização para os sumérios. É na Epopéia de Gilgamesh⁶, o primeiro grande trabalho literário do mundo, que o ato de beber cerveja é identificado como um marco na evolução humana:

A história narra as aventuras de Gilgamesh com seu amigo Enkidu, que começa como um homem selvagem correndo nu no território descampado e que é introduzido por uma jovem mulher aos modos da civilização. Ela leva Enkidu a uma aldeia de pastores, o primeiro degrau da escada no que diz respeito à alta cultura da cidade, na qual:

Colocaram comida na sua frente,

5 Povo que vivia ao sul da Mesopotâmia, no Antigo Egito. Foi nessa região que a escrita começou a se desenvolver por volta do ano 3.400 a. C.

6 Gilgamesh foi um rei que governou a Suméria no ano de 2700 a.C. Sua história de vida ficou registrada através da mitologia, pelos sumérios e por seus sucessores nesta região, os babilônios.

Colocaram cerveja na sua frente;
 Enkidu não sabia comer pão,
 e não lhe haviam ensinado a beber cerveja.
 A jovem mulher disse a Enkidu:
 “Coma os alimentos, Enkidu, pois é como se vive.
 Beba a cerveja, pois é o costume da terra.”
 Enkidu comeu até ficar saciado,
 Bebeu a cerveja – sete copas! – e ficou expansivo
 E cantou com alegria.
 Estava exultante e seu rosto brilhava.
 Ele jogou água no seu corpo desordenadamente,
 E esfregou a si mesmo com óleo,
 E tornou-se um ser humano.

(STANDAGE, 2005, p. 29).

Enkidu representa o homem ainda imaturo, de natureza primitiva e selvagem, que é exortado a alcançar a plenitude em seu corpo e em sua alma. Então consome o pão e bebe a cerveja, logo expandindo-se e demonstrando emoções - são expressões de um cuidado e desenvolvimento interior; lava seu corpo e o unta com óleo – simbolizando a preparação também do exterior. O processo de tornar-se humano é ritualístico; é preciso estar pronto, finalizado; é preciso distinguir-se dos animais; e numa analogia que aplicamos nos dias de hoje - é beber a “água que passarinho não bebe”.

Em torno de 2200 a.C., a cerveja, considerada nesse período uma bebida com efeitos terapêuticos, era receitada como tônico para as mulheres que estivessem amamentando. Mais tarde, refere Escohotado (2003, p. 20), com a proibição do consumo de cerveja, a bebida é considerada a “perdição da alma”.

Na Grécia, a partir do século VII a. C., o cultivo de grãos, porém, é gradualmente superado pela plantação de videiras e oliveiras. Eles tinham um clima favorável e o solo das ilhas gregas também contribuía para o cultivo específico dos vinhedos. E a produção de vinho passou de simples agricultura de subsistência a produção industrial. Havia um impulsionador para essa transição – um fazendeiro ganhava vinte vezes mais plantando videiras do que cultivando grãos. E o vinho passa a ser um produto comercial, sobretudo para a exportação, e a Grécia se torna o primeiro grande produtor e exportador de vinho. “Vinho era riqueza” (Standage 2005, p. 48).

As atitudes dos gregos e romanos para com o vinho, elas mesmas baseadas nas

tradições anteriores do Oriente Próximo, também sobreviveram de muitas maneiras e espalharam-se por todo o mundo. Em quaisquer lugares onde se bebe álcool, o vinho é sempre visto como a mais civilizada e a mais culta das bebidas. Nesses países, o vinho, e não a cerveja, é servido em banquetes governamentais e reuniões políticas – um exemplo da duradoura associação do vinho com status, poder e riqueza. (STANDAGE, 2005, p. 73).

Os gregos não se embriagavam com vinho, diluíam-no em água, pois tomar o vinho sem misturá-lo à água era considerado um comportamento primitivo; “só podiam beber o vinho cuja força tivesse sido abrandada com a água, caso contrário ficariam extremamente violentos ou mesmo enlouqueceriam” (STANDAGE, 2005, p. 51). O ato de tomar vinho simbolizava civilização e refinamento - “O tipo e a idade do vinho indicava o quanto se era culto. (...) Mais importante, porém, do que a escolha do vinho era como a pessoa se comportava quando o tomava, o que era realmente revelador de sua natureza íntima.” (STANDAGE, 2005, p. 50).

Envolvido por uma atmosfera de sofisticação, consumido em ocasiões especiais, o vinho é mencionado nas festas greco-romanas e citado na Bíblia (1966). Uma passagem no livro de Gênesis, capítulo 9, conta que Noé, que era agricultor, planta a primeira vinha, colhe seus frutos, bebe do vinho e se embriaga com ele; e fica nu em sua tenda. Seu filho caçula o vê e chama seus outros dois irmãos; estes, por sua vez, andando de costas para não ver a nudez de seu pai, cobrem-no com uma capa; estes, então, recebem aprovação e são abençoados pelo pai, enquanto o filho caçula é amaldiçoado.

O álcool, obtido originalmente através de processos de fermentação, também pode ser obtido a partir da destilação (CEBRID, 2016). Na Índia, entre os anos 3000 e 2000 a.C., havia uma bebida alcoólica chamada Sura, fabricada a partir da destilação do arroz. O absinto, bebida criada por volta do ano 1792 pelo médico francês Pierre Ordinaire, era originalmente utilizado como medicamento anti-helmíntico. Este médico morava na cidade de Couvet Suíça e inventou a bebida a partir da losna (*Artemisia Absinthium*, Figura 8). É uma bebida destilada, considerada por historiadores a bebida do século XIX, utilizada por diversos intelectuais e pintores que a imortalizaram em seus quadros. Van Gogh, Claude Monet e Oscar Wilde apreciavam a bebida.

Figura 8 – Ilustração da losna (*Artemisia Absinthiumfruto*), utilizada para produzir a bebida absinto.



Fonte: Thomé (1885).

Andrade e Espinheira (2012) referem que no início da colonização do Brasil, os portugueses se depararam com o costume dos índios de produzir e consumir o cauim, uma bebida forte, fermentada a partir da mandioca. O cauim era utilizado, sobretudo, nas festas e nos rituais indígenas. Posteriormente, os portugueses fabricaram a cachaça a partir da cana-de-açúcar (Figura 9).

Figura 9 – Ilustração da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), utilizada para fabricação da cachaça.



Fonte: Köhler (1897).

Nesse período, o vinho e o álcool eram utilizados também por suas propriedades antissépticas e terapêuticas. E devido ao seu poder medicinal, o álcool foi referido na história como aqua vitae ou “água da vida” e também denominado como “espiritoso”.

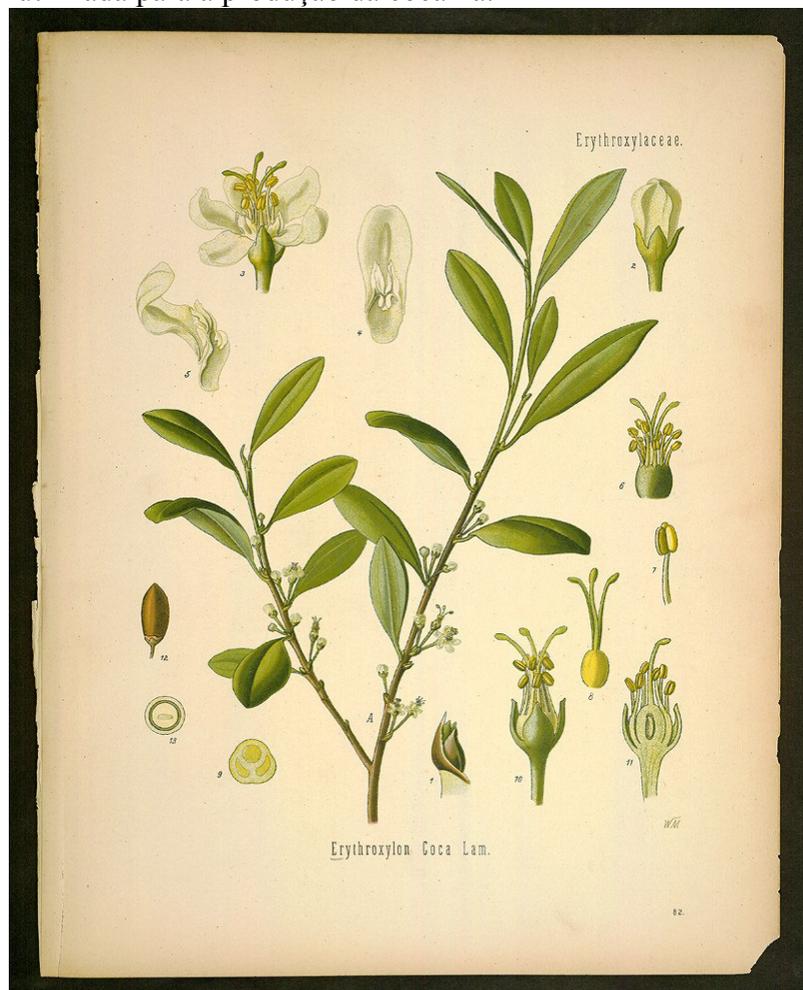
No entanto, para muitas pessoas, o apelo da aqua vitae veio não pelos seus supostos benefícios médicos, mas por seu poder de embriagar rápida e facilmente. As bebidas destiladas mostraram-se particularmente populares nos climas mais frios do norte da Europa, onde o vinho era escasso e caro. Ao se destilar a cerveja, era possível pela primeira vez fazer bebidas alcoólicas poderosas com ingredientes

locais. (STANDAGE, 2005, p. 82).

3.1.2.3 Coca

Era o final do século XIX e no ano de 1855, o químico alemão Friedrich Gaedecke extraiu das folhas de coca, a substância *erythroxyline* (Figura 10).

Figura 10 – Ilustração da planta coca (*Erythroxylum coca*) utilizada para a produção da cocaína.



Fonte: Köhler (1897).

Mas foi Albert Niemann que, em 1859 isolou pela primeira vez a cocaína, substância ativa da planta coca, e seu principal alcalóide; porém, em termos comerciais, a

produção de cocaína pura só foi impulsionada por volta da década de 1880 (KARCH, 1998). E foi a partir desta data que a folha de coca passou a ser consumida em forma de chá na Europa e na América do norte, tendo se tornado a matéria-prima da cocaína. O chá dessa planta ficou conhecido como “melhorador do humor e seu comércio era livre.

E os militares também se interessariam pela substância. Em 1883, o médico alemão Theodor Aschenbrandt administrou cocaína aos membros do exército bávaro e constatou que a coca aumentou a resistência dos soldados. Seu estudo foi publicado em uma revista médica alemã.

Sigmund Freud teve acesso ao artigo de Aschenbrandt e realizou experimentos com a droga, lícita à época, e que lhe valeu uma monografia e quatro artigos. Em seu artigo “Sobre a Coca”, Freud (1884) recomendou a cocaína como uma farmacoterapia para sete condições: como estimulante mental, como tratamento para distúrbios digestivos, um estimulante do apetite, para doenças debilitantes, no tratamento de morfina e do álcool, no tratamento para a asma, como um afrodisíaco e como um anestésico local.

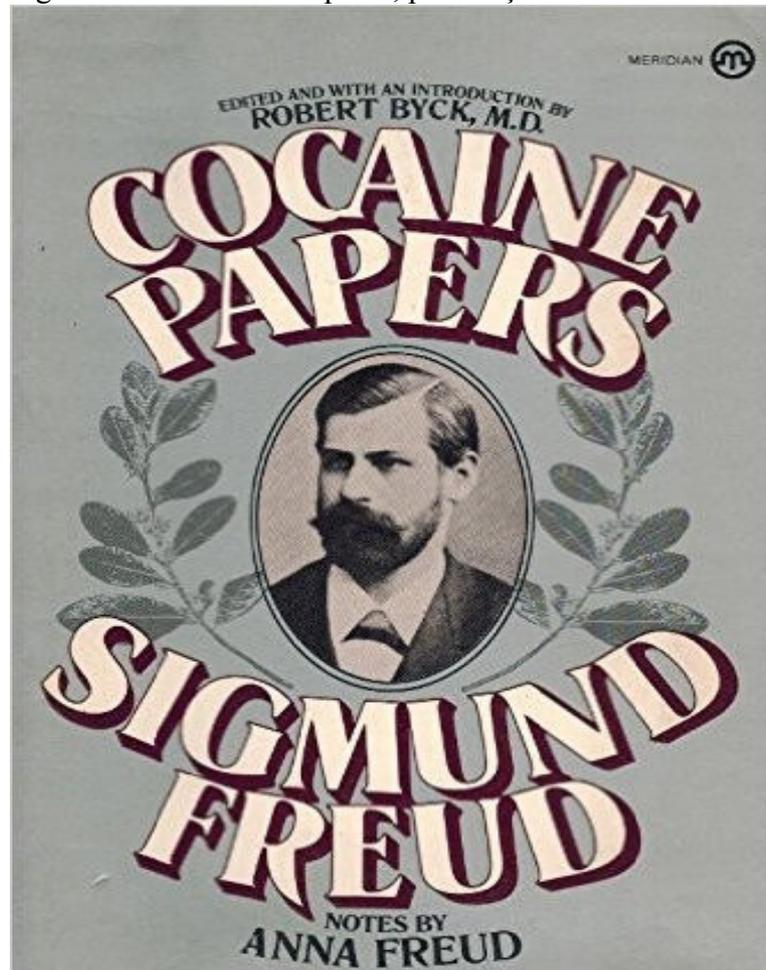
A monografia de autoria de Freud “Sobre a coca”, de 1884, é um estudo detalhado sobre a história da droga, seus efeitos e usos terapêuticos. "Eu tomo muito pequenas doses regularmente e contra a depressão e contra a indigestão, e com o mais brilhante sucesso", comenta Freud. À época, a Parke Davis era um laboratório farmacêutico americano que começou a sintetizar a droga e contratou-o para testá-la, redundando em um informe de Freud que confirmava a qualidade da droga e previa para o preparado da Parke Davis “um grande futuro” (GUTTMACHER, 1885, p. 123).

São quatro artigos, escritos entre 1884 e 1887 (FREUD, 1975) e nenhum deles incluído na edição definitiva de suas obras completas. Somente em 1960, tempos depois da morte de Freud, estes artigos foram reunidos num volume independente, “The cocaine papers” e publicado por sua filha, Anna Freud (Figura 11).

Um episódio marcou de forma triste a experiência de Freud com a cocaína - o de seu amigo e médico Fleischl, que por ser viciado em morfina, recebeu o incentivo de Freud de usar cocaína e acabou morrendo. Freud esteve ao lado de Fleischl em sua primeira noite de padecimento, e observou que seu amigo ingeria altas doses de cocaína – cem vezes a quantidade que o próprio Freud tomava, causando em Fleischl insônia grave, desmaios, convulsões e comportamento extravagante. Este “episódio” foi discutido por diversos autores

(BERNFELD, 1975; JONES, 1989; SCHEIDT, 1975; GAY, 1989; CESAROTTO, 1989 e RODRIGUÉ, 1995).

Figura 11 – “Cocaine Papers”, publicação de Anna Freud.



Fonte: Amazon (2016).

Leite (1999) e Weiss e cols. (1994), citados por Bahls e Bahls (2002) referem que a cocaína foi livremente comercializada nos Estados Unidos durante praticamente todo o século XIX. Ora vendida nas ruas a 25 centavos de dólar o grama em sua forma pura, ora adquirida sintetizada pela Parke Davis Company. Carlini-Cotrim (1995) refere que a cocaína da Parke Davis era disponibilizada em quinze formas diferentes, em forma de cigarros, pó, preparado para injetar e pastilhas. Seu uso era indicado como substituto alimentar, dores e cansaços, entre outros. Criou-se uma grande expectativa e entusiasmo com a droga.

No ano de 1886, John Pemberton (que aos 19 anos era licenciado em Medicina e

em Farmácia pela Medical College of Georgia), misturando no seu laboratório ingredientes naturais, como a folha da planta da cocaína, noz de cola e água gaseificada, lança, nos Estados Unidos da América, a Coca-Cola. A cocaína só seria retirada da fórmula em 1901 (CARLINI-COTRIM, 1995).

Em 1928, para marcar a entrada deste refrigerante em Portugal, Fernando Pessoa, então publicitário à época, criou o slogan de lançamento da Coca-Cola: "Primeiro, estranha-se. Depois, entranha-se". O slogan transmitia a sensação que a bebida gerava e a Coca-Cola viria a ser interdita pelas autoridades, no regime fascista de António Salazar pela evidência da ligação da bebida com a cocaína. O diretor de Saúde de Lisboa Ricardo Jorge mandou apreender o estoque do produto disponível no mercado e jogá-lo ao mar.

3.2 DANOS E REPARO DE DANOS - AS DROGAS TORNADAS ILÍCITAS

“Não faz muito tempo que a América (Estados Unidos) vivia em paz com as drogas” - nos diz Thomas Szasz (1993, p. 76 *apud* DELMANTO, 2013).

Na análise de Szasz⁷, (1993, p. 85), ao se debruçar sobre as leis que regem a proibição ao uso das substâncias ditas ilícitas, uma característica particularmente interessante na lei é que, ao invés de oferecer a proteção contra uma ação externa de outro sujeito que possa causar dano, ela protege o sujeito dele mesmo, o que explica em parte o “fracasso inerente à proibição”.

Ao emprendermos uma busca pelo início das proibições ao fenômeno das drogas, encontramos a primeira regulamentação sobre as drogas e alimentos nos Estados Unidos, em 1906, denominada Food and Drugs Act (DELMANTO, 2013).

Segundo D'Elia Filho (2011), as primeiras “guerras” envolvendo a questão das drogas foram disputadas a favor do livre comércio dessas substâncias. As “guerras do ópio”, em 1839 e 1856, trazem a marca de uma política que vislumbra uma enorme lucratividade no comércio legal do ópio. Os ingleses realizavam grandes lucros com a produção do ópio na costa oriental da Índia e com a exportação para a China, através da *East India Company*.

⁷ Thomas Stephen Szasz foi um psiquiatra e acadêmico húngaro, radicado nos Estados Unidos que se tornou proeminente por suas concepções contrárias à psiquiatria coercitiva. Publicou, dentre outros os livros - *O Mito da Doença Mental* (1960) e *A Fabricação da Loucura: Um Estudo Comparativo da Inquisição e do Movimento de Saúde Mental* (1970).

Porém, esse comércio é tumultuado quando o imperador chinês Lin Tso-Sio decidiu, apreender e destruir um carregamento de 1.360 toneladas de ópio, que resultou na primeira declaração de guerra da Inglaterra à China, sob o fundamento do “livre comércio”.

Neste contexto, os Estados Unidos era o país mais interessado em frear o desenvolvimento da Inglaterra, e através de um apelo moralista de resgate aos bons costumes, liderou a convocação da Convenção de Haia, com o intuito de fortalecer a proibição do ópio.

A Inglaterra, sentindo-se prejudicada com a regulação da comercialização do ópio, condicionou a sua participação na Convenção de Haia à inclusão de outras substâncias que se tornariam ilícitas, tais como derivados do ópio e a cocaína, no intuito de que onerassem economicamente outros países como Holanda, Alemanha e França, que comercializavam a cocaína através da emergente indústria farmacêutica. Esse foi o início da proibição internacional das drogas.

Ainda, segundo D'Elia Filho (2011) o início da revolução industrial é o marco para a proibição das drogas. É nesse contexto, onde precisa-se de mão de obra produtiva, disposta a trabalhar mais de 12 horas por dia, que as drogas ditas “entorpecentes”, como o ópio e seus derivados (morfina e heroína) eram indesejáveis em seus efeitos. A Liga das Nações (atual ONU – Organizações das Nações Unidas) em 1909, convoca uma reunião para a formação da Comissão de Xangai para tratar da regulação do ópio, sendo que as decisões acordadas diziam respeito apenas ao ópio fumado, sendo os alcaloides dele derivados, tais como a heroína, a morfina e a codeína permaneciam fora das recomendações restritivas. Desde o início, a política de proibição das drogas revelava condicionantes socioeconômicos.

Essa reunião gerou o início de um sistema de cooperação internacional para decisões sobre drogas, que culminou na primeira Convenção Internacional sobre o Ópio em Haia, em 23 de janeiro de 1912. Entretanto, o início da criminalização só se concretiza com as convenções da ONU (KARAM, 2013).

São três as convenções da ONU, vigentes e complementares, sobre a política de drogas no mundo: a Convenção Única sobre entorpecentes de 1961, que revogou as convenções anteriores e passou por revisão através de um protocolo de 1972; o Convênio sobre substâncias psicotrópicas de 1971 e a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas de 1988 (Convenção de Viena) (KARAM, 2013; RIBEIRO e ARAÚJO, 2006).

Em se tratando especificamente do Brasil, Maria Lucia Karam⁸ (2010) refere que a criminalização da produção, distribuição e do consumo das drogas se dá a partir da Consolidação das Leis Penais de 1932, quando ocorre a substituição da expressão “substâncias venenosas” que constava no artigo 159 do Código Penal de 1890 por “substâncias entorpecentes”; igualmente também aumentou-se e definiu-se mais condutas proibidas e aplicação da pena privativa de liberdade de 1 a 5 anos, para quem fornecesse aquelas substâncias.

No entanto, é através do Decreto-lei 891 de 1938, estabelecido pela ditadura do Estado novo, que a proibição torna-se melhor sistematizada e obtém maior alcance. Ainda segundo Karam (2010), a internação obrigatória dos ditos “toxicômanos” passa a fazer parte da lei e “se prevê como circunstância agravante da pena imponible a produtores, comerciantes e consumidores o fato do agente, com a conduta relacionada às drogas tornadas ilícitas, 'sugerir ou procurar satisfação de prazeres sexuais’” (KARAM, 2010).

3.3 UM CUIDADO BASEADO NUMA LÓGICA DE GUERRA

Apesar do início da proibição das drogas nos Estados Unidos dar-se pretensamente no nível da moralidade, o início da política de criminalização das drogas no Brasil foi totalmente influenciado pelo discurso sanitário (BOITEUX, 2006), sendo somente a partir do início do século XX que a temática recebeu visibilidade, sendo discutida na perspectiva da saúde pública (FIORE, 2007). Nosso país foi o segundo no mundo a estabelecer legislação sobre a proibição das drogas.

A atual política de guerra às drogas, configurando-se em estratégia de controle social, produz hoje um número maior de mortes no mundo do que as provocadas pelas substâncias tornadas proibidas.

De acordo com Batista (1998) a política de criminalização da droga no Brasil se dá em dois momentos – de 1914 a 1964, onde prevalece o modelo sanitarista; de 1964 em até os dias atuais o modelo bélico.

Para estudiosos que se aprofundaram nesta temática, a existência da guerra às drogas denuncia tão somente o fracasso das políticas governamentais voltadas para estas

⁸ Maria Lúcia Karam, é juíza de direito aposentada do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Atualmente faz parte do Law Enforcement Against Prohibition (Agentes da Lei Contra a Proibição).

(RODRIGUES, 2003; DEL OLMO, 1990). Inseridas dentro do campo da Saúde Mental, produzem uma arena de “tensões técnicas, teóricas e políticas”, como o disse o professor Jackson Sampaio em um discurso recente.

Se para Clausewitz, (*apud* D'ELIA FILHO, 2011, p. 25) “a guerra é a política prolongada por outros meios”, para Foucault “a política é a guerra prolongada por outros meios” (FOUCAULT, 2001a, *apud* D'ELIA FILHO, 2011, p. 75).

A guerra contra as drogas faz aflorar o conceito de inimigo interno, que, através de aparatos legais e políticos promove o controle social, intensificando, cada vez mais, a crescente massa de excluídos.

3.4. A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS NO BRASIL

Historicamente, o combate às drogas no Brasil parte de uma concepção sanitária do controle das drogas, através da qual a dependência é considerada doença, e estes usuários não eram criminalizados, sendo porém submetidos a rigoroso tratamento, com internação obrigatória; atualmente, o uso e dependência das drogas, mesmo lícitas, põem o sujeito em uma espécie de vigilância sanitária, sendo destinado a este uma rede de cuidados em saúde mental no Sistema Único de Saúde; igualmente o consumo e comércio de substâncias ilícitas submetem o sujeito a severas penalizações no âmbito do sistema judiciário brasileiro.

A Política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2003), apresenta um discurso que conclama a sociedade para estabelecer uma parceria - governo e sociedade como co-responsáveis pela redução da demanda do uso de drogas. Neste sentido, orienta-se pelo princípio da “responsabilidade compartilhada”, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos.

Ao longo da trajetória de regulação e controle, existiram notáveis indefinições, dúvidas e contradições quanto à abordagem do fenômeno da drogadição no Brasil.

Com a finalidade de executar as políticas governamentais relacionadas à dependência química, foi criada em 1998 através da Medida Provisória nº 1.669 (BRASIL, 1998), e instituída em 2003, a Secretaria Nacional de Políticas *Antidrogas* (SENAD). Alguns anos depois, esta secretaria, em uma discussão que não veio a tornar-se pública, mudou

estrategicamente o nome para Secretaria Nacional de Políticas *sobre Drogas*. (GARCIA e COL, 2008). Desde sempre vinculada diretamente ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a SENAD foi transferida em 2011 para o Ministério da Justiça através do Decreto Nº 7.426 (BRASIL, 2011).

Porém, inexistiu um consenso sobre a recente mudança. No próprio governo há divergências sobre esta subordinação da SENAD ao Ministério da Justiça. Os profissionais da área médica, amparados no discurso de que as drogas são problema de saúde pública, solicitam que a SENAD esteja atrelada ao Ministério da Saúde; já senadores e representantes das comunidades terapêuticas são favoráveis à subordinação da secretaria ao Ministério do Desenvolvimento Social, no intuito de facilitar o acesso a recursos pelas entidades, que se esforçam por se adequar às regras do ministério (REED, 2015).

Ao se debruçar, porém, sobre esta recente mudança, em como o fenômeno das drogas se constituiu originalmente em uma política baseada na saúde coletiva, com a instituição da rede psicossocial do cuidado à população, para, em seguida, conformar-se ao sistema jurídico e legal, fica para mim o questionamento – a quem serve a política de drogas atual? É o pressuposto da saúde subjugado à questões de ordem legal/jurídica? Se é assim, então, o usuário é paciente e criminoso, ao mesmo tempo, por relacionar-se com as substâncias determinadas ilícitas? Pois são apenas os pressupostos legais que podem apontar essa diferenciação, de acordo com a Lei Nº 11.343 (BRASIL, 2006). Esta lei exerce um marco tênue que causa confusões nos campos jurídico e sanitário.

Da data da criação da SENAD, em 1998 e até o ano de 2011, quando saiu do Gabinete do Governo para o Ministério da Justiça, foram realizadas 45 alterações à legislação sobre a SENAD. Mudanças que podem estar denotando adequações, que apontam para dúvidas, indefinições.

Ao empreender este resgate da história e de como a sociedade se comportou diante do uso da droga, é possível perceber que em determinadas épocas e lugares existiu a sua aceitação ou mesmo a sua interdição, seja movido por pretensas motivações morais, econômicas ou de outro tipo.

A política de drogas no Brasil, da forma como foi concebida e segue sendo constituída, pode ser compreendida à luz de análises críticas e históricas de nossa sociedade. A professora Rosa Del Olmo (1990, p. 27) denunciou os interesses ocultos ainda presentes na

proibição e criminalização das drogas. A regulação “só contribui para reforçar a confusão reinante e para ignorar suas reais dimensões psicológicas e sociais, assim como políticas e econômicas”.

Cardoso (1994) lança a hipótese de que a criminalização da maconha no Brasil foi escusamente motivada visando a punição da população negra e mestiça, na década de 30.

Arbex Jr.⁹ (2005) enveredando por essa linha de compreensão da proibição às drogas em um contexto mais ampliado, suprime da discussão os aspectos morais e procura entender o fenômeno do narcotráfico inserido em um grande jogo de poder.

Este autor nos coloca diante da constatação de que o narcotráfico movimenta um comércio de 500 bilhões de dólares anuais, corrompe as instituições policiais e políticos e compra países inteiros. Sua pesquisa aponta que os consumidores são indistintamente homens e mulheres de idades e profissões diversas e pertencentes de todas as classes sociais. Na Amazônia brasileira, onde existem poderosos grupos de comércio de drogas, principalmente da folha da coca, matéria-prima para a fabricação da cocaína, as máfias do narcotráfico configuram o que Arbex denomina de "Estados dentro do Estado". E ainda diz-nos este autor que “a guerra movida pelos EUA contra os narcotraficantes da Colômbia, Bolívia, Peru e Brasil tem, portanto, uma dimensão geopolítica: quem controla a Amazônia. A guerra ao narcotráfico" envolve mais do que interesses econômicos e morais”.

Karam (2014, p. 165) nos remete que a Guerra às drogas nunca foi sobre coisas, mas contra grupos selecionados.

Essa não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Dirige-se sim, como todas as guerras, contra pessoas: os produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas e, mais especialmente, os mais vulneráveis dentre eles.

9 José Arbex Junior é jornalista e escritor brasileiro com doutorado em História. Destaca-se principalmente por seus trabalhos com conteúdo crítico, incluindo a crítica do jornalismo, da mídia e dos grandes veículos de comunicação de massa.

4. METODOLOGIA

Figura 12 – “The Absinthe Drinker”, óleo sobre tela, por Pablo Picasso em 1901.



Fonte: <http://www.wikiart.org/en/pablo-picasso/the-absinthe-drinker-1901> (2016).

“O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe pra gente é no meio da travessia”

(Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas)

4.1. TIPO DE ESTUDO

Buscarei realizar um estudo a partir do referencial da pesquisa qualitativa, considerando que a natureza do objeto de estudo pressupõe o método (BOSI, 2012; FLICK, 2009). É tradicional, na pesquisa qualitativa, o debruçar-se sobre valores e crenças, opiniões e atitudes, enfim, o universo dos significados que permeiam as sociedades humanas (STAKE, 2011).

4.2. FASES DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido em duas fases:

Fase 1 – Estudo empírico de um caso realizado na instituição do SUS Centro de Atenção Psicossocial Pergentino Rebouças Maia - CAPS, vinculado à Secretaria de Saúde e Saneamento da Prefeitura Municipal de Icapuí. O CAPS é geral e do tipo 1, atendendo também a demandas de usuários de álcool e outras drogas. Foram realizadas entrevistas de atendimento ao usuário durante o período de fevereiro a abril de 2015.

Fase 2 – Realizou-se uma análise com a finalidade de compreender os discursos construídos sobre as drogas, primeiramente quanto ao uso da droga/fármaco no contexto do processo saúde-doença; em seguida procurou-se avaliar como a atual política de drogas estabeleceu-se com base na proibição e criminalização de substâncias tornadas ilícitas através de acordos internacionais. Para estabelecer a discussão sobre subjetividade, o corpo foi analisado como objeto de intervenções nos campos da Medicina e do Estado, segundo a ótica de Foucault e do conceito de biopoder/biopolítica.

4.3. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Utilizarei como abordagem metodológica o estudo de caso, que segundo Minayo (2008) utiliza “estratégias de investigação para mapear, descrever, e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou situação em questão”.

O estudo de caso é recomendado para focar em um fenômeno, para estudá-lo e compreendê-lo mais profundamente, utilizando-se para tanto de instrumentos como entrevistas e observações.

Utilizarei também a metodologia da Análise do Discurso. Sistematizada inicialmente por Pêcheux (1969) veio posteriormente a ter contribuições de autores como Bakhtin (1970), Foucault (1969, 1971), Ducrot, (1972) e Fairclough, (1989); esta abordagem tem sido amplamente utilizada para estudos e desenvolvimento de pesquisas em saúde, por captar o sentido explícito e não explícito na fala e na escrita, permitindo as diversas possibilidades de interpretação da realidade a partir do texto (MACEDO e cols., 2008). Centrarei a discussão a partir das concepções de biopoder do filósofo francês Michel Foucault.

A metodologia de Análise do Discurso é considerada como uma possibilidade de perceber o sentido explícito ou implícito do discurso, por meio da interpretação da linguagem, para fazer aflorar fenômenos e conceitos. É através da linguagem que são construídas as formações discursivas, que são elaborados os conceitos de mundo e de existência; a palavra funciona como um mediador social; a palavra revela contradições e conflitos existentes em uma determinada realidade, configurando-se como um fenômeno ideológico por excelência. É através da palavra que nos definimos na relação com o outro e na sociedade. Como o disse Bakhtin “(...) as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. (BAKHTIN, 2006, p. 42).

No livro *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* Deleuze e Guattari (1995) realizaram contribuições para pensar a linguagem como palavra de ordem. Antes de informar ou comunicar, é, a linguagem, um instrumento para obedecer e fazer obedecer. “A unidade elementar da linguagem - o enunciado - é a palavra de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12 - 13).

Chamamos *palavras de ordem* não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social". Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos

ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento.
(DELEUZE E GATTARI, 1995, p. 16)

A linguagem “dá ordens à vida, daí conceberem o enunciado, isto é, a palavra de ordem” Machado e cols (2002, p. 111). Ainda segundo Deleuze e Gattari (1995, p. 7 – 8) “A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer”.

Intenciono avaliar como as drogas se inserem – ou são inseridas – nas estratégias de ações, procurando uma relação de sentido do mundo atual para com as drogas, compreendendo os discursos construídos sobre estas, com as relações de poder, no sentido utilizado por Michel Foucault (FOUCAULT, 1975).

Foucault procede a uma problematização através de uma arqueologia do saber, uma análise do campo do enunciado que subjaz a tudo o que pode ser referido e observado num determinado período histórico, o que corresponderia à como a existência das coisas pode ser percebida. A problematização é realizada igualmente através de uma genealogia do poder, onde uma análise das motivações que perpassam um determinado campo enunciativo responde à questão do porquê é essa e não outra a maneira de se ver e dizer. Uma história da verdade supõe, nessa perspectiva,

analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas “ideologias”, mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam. A dimensão arqueológica da análise permite analisar as próprias formas da problematização; a dimensão genealógica, sua formação a partir das práticas e de suas modificações. (FOUCAULT, 1988a)

Em Foucault, temos o sujeito social e linguístico. Para ele, trata-se antes de tudo de empreender uma “ontologia histórica de nós mesmos” (MOREY, 1990). Problematiza-se as “práticas” pelas quais um modo de agir e pensar serve à constituição do sujeito e do objeto; e de compreender as “relações de poder”, enquanto determinantes dos diferentes modos de objetivação do sujeito.

Em “Language and symbolic power” Pierre Bourdieu (1991) discorre sobre as relações entre linguagem, poder e política. Este autor argumenta que a língua não se

apresenta apenas como um mero meio de comunicação, mas sobretudo como uma forma de poder através do qual manifestam-se e elaboram-se interesses.

Vislumbra Bourdieu uma nova abordagem para as formas em que a linguagem é usada no domínio da política. No contexto da política, a linguagem se apresenta como a “arena na qual as palavras são atos e o caráter simbólico do poder está em jogo” (BOURDIEU, 1991).

Igualmente, na concepção foucaultiana, (FOUCAULT, 2001b *apud* COURTINE, 2013)

O discurso não deve ser assumido como o conjunto das coisas que se diz, nem como a maneira de dizê-las. **Ele está outro tanto no não dito**, ou no sinalizado por gestos, atitudes, modos de ser, esquemas de comportamento, deslocamentos espaciais. O discurso é o conjunto de significações coercivas e constringedoras que perpassam as relações sociais. (FOUCAULT, 2001b, p. 123, grifo meu)

A polícia, a justiça e até mesmo os serviços de saúde mental atuam como mediadores entre a droga e a população, ora reprimindo e punindo, amparados no discurso de ordenar a sociedade, como definiu Foucault “tesouro indefinido das significações ocultas” (FOUCAULT, 2014).

Para Foucault, procede-se à análise do discurso realizando uma compreensão no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isto equivaleria a trabalhar necessariamente com o próprio discurso, deixando-o aflorar em sua forma mais pura. Mas o discurso está imerso em um contexto social, histórico, político. Com Foucault o discurso é prática social em *Arqueologia do Saber*, e em *A Ordem do Discurso* Foucault mostra que o discurso sempre se produzirá em razão das relações de poder:

(...)gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

(Foucault, 1986, p.56)

Em *O Nascimento da Clínica* Foucault empreende uma investigação sobre a produção do conhecimento da medicina. A medicina moderna nasceu de rupturas. Diz ele - “(...) o conflito não é entre um saber jovem e velhas crenças, mas entre duas figuras de saber” (Foucault, 1987).

Roberto Machado (1988), ao analisar este texto de Foucault, destaca que:

[...] a ruptura que inaugura a medicina moderna é o recorte de um novo domínio, é a demarcação de um novo espaço: a passagem de um espaço da representação, ideal, taxonômico, superficial, para um espaço objetivo, real, profundo. Mais explicitamente, a passagem de um espaço de configuração da doença, considerada como espécie nosográfica, para um espaço de localização da doença, o espaço corpóreo individual. (Machado, 1988)

E ainda Foucault refere que:

Na experiência anátomo-clínica, o olho do médico deve ver o mal se expor e dispor diante dele à medida que penetra no corpo, avança por entre seus volumes, contorna ou levanta as massas e desce em sua profundidade. A doença não é mais um feixe de características disseminadas pela superfície do corpo e ligadas entre si por concomitâncias e sucessões estatísticas observáveis; é um conjunto de formas e deformações, figuras, acidentes, elementos deslocados, destruídos ou modificados que se encadeiam uns nos outros, segundo uma geografia que se pode seguir passo a passo. Não é mais uma espécie patológica inserindo-se no corpo, onde é possível; é o próprio corpo tornando-se doente (Foucault, 1987, p. 155)

Viganò (1999) faz voltar o olhar da clínica para o sintoma, para o sujeito e sua possibilidade de implicação nas respostas que constrói para o mundo social. Para este autor, mais importante do que calar os sintomas negativos, como feito na reabilitação, seria favorecer os sintomas positivos como estratégias de saída elaboradas pelo próprio sujeito.

É neste sentido que pode-se proceder à desconstrução dos conceitos, tais como doença e saúde mental, alienação normalidade e anormalidade. E a reconstrução promove uma ruptura com antigos marcos teóricos e conceituais. Trata-se não apenas de um novo olhar para o mesmo objeto. Mas ruptura epistemológica que nos põe em movimento para o que é possível ser feito, construído. Produção de novos conceitos para novos problemas e

objetos. Necessário se faz o debate na ciência moderna, como proposto por Boaventura Souza Santos (1987, 2001, 2004): *um conhecimento prudente para uma vida decente*; desconstrução para a promoção de um paradigma da complexidade como nomeia Morin (2002).

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa é um sub-projeto do Projeto guarda-chuva “MODELOS DE GOVERNANÇA, REGIONALIZAÇÃO E REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ: CONTEXTO, CONDICIONANTES, IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS” que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC através da Plataforma Brasil, com aprovação e geração do seguinte número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 06040712.0.1001.5054.

Esclareço ainda que a pesquisa esteve vinculada à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), do programa de bolsa recebida pela autora durante todo o período do mestrado.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Figura 13 – “Dans un café”, também chamada “l’Absinthe”, óleo sobre tela, por Edgar Degas entre 1875 e 1876.



Fonte: <http://www.musee-orsay.fr/> (2016).

“Pergunta a cada idéia: serves a quem?” (Bertold Brecht)”

5.1. O SENHOR H E A DOR DE EXISTIR

“Na volta da escada
Na volta escura da escada.
O Anjo disse o meu nome.
E o meu nome varou de lado a lado o meu peito.
E vinha um rumor distante de vozes clamando
clamando...”

Deixa-me!
Que tenho a ver com as tuas naus perdidas?
Deixa-me sozinho com os meus pássaros...
com os meus caminhos...
com as minhas nuvens...”

(Mario Quintana)

“(...) E nós bebíamos lentamente a ver se
recordávamos...”

(Mario Quintana)

“Sei quanto tempo perdi
Vou viver a esperar
Um momento como aquele
E com respeito irei viver
e o meu vício escolher
senhor H é companheiro
Venha, que eu não posso
mais viver sem você.
Então venha

que eu não posso mais viver
 ... Sem você.
 Só me resta esperar
 você me abandonar
 Sou uma gota no céu
 Gaivotas no mar”

(Senhor H. - KYF)

O Senhor H tem 50 anos de idade, nasceu e mora na cidade de Icapuí – Ceará e é o segundo filho de uma família de 7 irmãos (ele próprio e mais três irmãos, três irmãs, uma delas falecida). Realizou seus estudos até concluir o Ensino Médio. Foi casado e teve duas filhas e um filho (18 anos, 17 anos, 14 anos respectivamente). A relação com a esposa era satisfatória mas esta o rejeitou, pediu a separação e ficou com a guarda dos filhos. Tem uma vida de ébrio desde a separação matrimonial. Com as filhas a relação sempre foi a melhor possível. Sente muita saudade de sua família. Mora atualmente com os pais e um irmão com necessidades especiais, do qual ajuda no cuidado. Mora com os pais, mesmo que possua uma casa próximo da residência destes, a qual aluga para ajudar as filhas financeiramente.

Nos primeiros atendimentos evitou falar sobre a separação e o que motivou esta. Rememorar esse episódio de sua vida lhe era muito penoso. Escolheu concentrar-se quase que exclusivamente em si mesmo, em aspectos do seu passado profissional e em sua vida presente, incluindo aí o lugar do álcool no seu cotidiano.

Ao explorar sua relação com o álcool, percebe-se que estabelece um envolvimento de caráter naturalizado com a bebida – bebe pelo gosto que atrai, bebe com vontade:

- Qual o gosto que o álcool tem na tua boca?
- Uma queimação nos lábios e aquela vontade que é inexplicável. (...) Gostou, bebe de novo, repete. Gostou, repete. É simples. Não é uma coisa que alguém te força a beber, você bebe espontaneamente.¹⁰

O Senhor H informa que trabalhou como assistente técnico na Secretaria de Assistência Social do município onde reside; atuou como presidente e também como

¹⁰ Entrevista realizada com Senhor H, 50 anos, no dia 30 de março de 2015 em Icapuí-CE.

conselheiro do Conselho de Saúde do município, durante o período de 1998-1999, representando a categoria da região comunitária de sua localidade. Nessa época, participou de um processo de seleção para a presidência do Conselho Tutelar, obtendo o primeiro lugar; durante esse processo seletivo viram-no usando maconha e foi impedido de assumir; o segundo candidato assumiu a vaga, sendo logo depois também observado utilizando substância ilícita, porém não foi destituído do mandato de presidente do conselho, pois já estava atuando e quem presenciou silenciou este episódio.

Depois disso e após a separação conjugal, tem realizado trabalhos temporários e esporádicos. Trabalhou informalmente para um dos irmãos em um negócio de criação de gado para o abate e comercialização. Fez uma tentativa de iniciar um empreendimento próprio, aproveitando os conhecimentos de um curso de criação de pequenos animais que realizou; era uma criação de aves para venda a pequenos negociantes e mercados locais, quando percebeu que o negócio de criação e abate de gado do irmão deixava um resíduo, que eram as vísceras que iam para o lixo e não eram aproveitadas. Então, ele teve a ideia de utilizar esse resíduo como ração para as aves. Mas logo que seu irmão percebeu que estava lhe proporcionando uma renda extra, deduziu esse resíduo de seu salário e o Senhor H desistiu do trabalho com o irmão e de sua iniciativa. Frustrou-se e desencantou-se com a pouca sensibilidade e ajuda do irmão. Acerca desse episódio, ele emite a seguinte percepção:

Isso me descapitalizou. (...) Mas eu não sou explosivo, não. Eu aceito... aí eu fico assim... só na minha. (...) Às vezes tem aquele ressentimento que fica dentro da gente...é quando o centro avante vai jogar e o cara bate na perna pra ele cair antes da raia pra fazer o gol...eu vi que eu ia fazer o gol... ¹¹

Ao relatar o ocorrido, queixa-se da ausência de solidariedade do outro, daquele que lhe deveria ser tão próximo. Sente como mais uma das suas tentativas de empreendimento e de independência financeira que lhe foram impedidas; ressentido-se pela criatividade que lhe foi tolhida, parece que está sozinho em um mundo tão vasto.

Eu estou só naquele nado de sobrevivência. Porque eu não estou vendo harmonia. Eu estou me sentindo assim... que eu não estou sendo oxigenado (...) não estou com aquele clima bom.
A questão profissional(...) o que eu idealizei não deu certo. ¹²

11 Entrevista realizada com Senhor H, 50 anos, no dia 23 de fevereiro de 2015 em Icapuí-CE.

Ressente-se também pela perda de autonomia que tinha na casa de seus pais, pois responsabilizava-se por administrar as compras do mês com o cartão do pai, que ficava em seu poder. Sentiu a perda de autonomia quando uma de suas irmãs tomou a frente nas decisões da família e controlou onde se deveria realizar as compras. E ele não requereu sua autonomia de volta.

Mas aí eu pensei assim... eu não vou querer atritos familiares. (...) Mas eu tenho um bom relacionamento com minha irmã. Agora o meu problema é interno. (...) vou me destruindo aos poucos.¹³

Sente-se pouco valorizado na família. A relação com o pai nunca foi próxima, tem um relacionamento mais afetivo com a mãe. Porém, com esta a relação é sobretudo de respeito e temor, pois submete-se a suas decisões sempre, de forma que evita confrontá-la, o que gera nele certos tipos de renúncia, principalmente na vida pessoal. Conseguiu passar dois anos sem ingerir bebida alcoólica, mas quando ocorreu o controle da irmã, e isso o decepcionou e o frustrou, voltou a beber. Emite um comportamento autodestrutivo. Ao invés de direcionar sua raiva e frustrações e trabalhar os conflitos diretamente com o irmão, com a irmã, a bebida parece funcionar como uma válvula de escape.

Detém-se nas reflexões acerca das insatisfações nas relações familiares. Sente o ambiente familiar como pouco receptivo a si. Reclama de falta de autonomia e de credibilidade, pois não tem liberdade de convidar alguns amigos em um final de semana e beber na própria casa.

Minha mãe chegou e eu perdi autonomia. (...) Eu não estou gostando de morar na minha casa. (...) Eles me consideram a ovelha negra da família. (...) minha família não me valoriza porque eu sou descapitalizado. Eu não tenho livre arbítrio na minha casa...porque sou descapitalizado.¹⁴

Suas considerações são tocantes quando se refere ao ambiente e relações familiares; sente e resente com pesar e emite a seguinte percepção:

12 Ibid.

13 Entrevista realizada com Senhor H, 50 anos, no dia 2 de março de 2015 em Icapuí-CE.

14 Ibid.

Eu sou aquele cara que fica no banco de reserva...como uma pessoa praticamente esquecida.¹⁵

Refere-se ao uso do álcool como uma forma de transcender os seus estados de desânimo e de conflitos familiares. Nesses contextos, o álcool aparece como um mediador social, funcionando como uma “terapia”, como ele mesmo associa:

Eu tenho que arranjar um refúgio. Aí eu saio pra uma construção, quando eu vejo que tem um colega meu trabalhando, eu vou pra lá. (...). Você nunca me vê beber em bar. Eu vou pra uma obra, vou pro viveiro (de camarão), vou pra salina. Quando eu estou nesses problemas eu bebo é qualquer hora. Já percebi que eu bebo quando eu vejo problemas internos em casa, eu tento sair de casa e procuro um canto pra ficar conversando com os amigos... É uma terapia pra mim, eu ficar me distraindo, vendo o povo trabalhar e eu fico bebendo, contando histórias.¹⁶

Como as duas filhas mais velhas pretendem ingressar na vida de trabalho, tem planos de convidá-las para morar consigo, pois está negociando um estágio para elas, que morariam na sua residência ou na casa dos seus pais. Ressalte-se que as filhas moram em uma comunidade afastada do centro da cidade e o Senhor H tem residência mais central.

Mas o Senhor H traz uma história triste de amor e um conflito moral que o impede de realizar seu desejo. Talvez a bebida seja uma tentativa de preencher o vazio que sente e do qual se refere ao final desta narrativa:

- Como você está?

- Estou naquele mesmo sistema...Não tive coragem... Eu vim lhe contar coisas que eu “songuei” de você...eu contei problemas de casa, (...) eu falei sobre a ociosidade, (...) eu fiquei refletindo a semana toda...eu tenho vergonha de contar...eu tenho um problema - eu ainda amo minha ex-esposa... Adoro!!!(...) Estou há dezesseis anos separado. (...) É por isso que eu gosto dela, eu considero ela uma boa mãe. (...) Mesmo que eu não tenha mais nada com ela, eu torço por ela (...) e eu vejo minhas filhas saudáveis. Mesmo longe de mim eu dou uma contribuição. (...) Eu entrego para minha filha mais velha. Eu soube que ela sabe administrar o recurso que eu dei pra ela. (...) Porque eu admiro aquela mulher, uma mulher com três filhas separada do marido, teve um problema conjugal, e depois teve outro caso e foi frustrado. Teve mais dois filhos. São cinco filhos. (...) Eu posso ter raiva de uma mulher dessas? (...) Eu renuncio. Eu deixo de comprar roupas pra mim. (...) A minha frustração é assim – eu admiro minha mulher, eu digo que ela é uma vencedora – criar cinco filhos sem ter um marido! Aí eu meditei e disse - essa mulher tem coragem!(...) Por que eu tive uma chance dessa e eu perdi...Aí é o sistema da perda. (...) E o pior - eu não tento aproximação, porque eu

15 Ibid.

16 Ibid.

tenho vergonha de o povo pensar de eu estar indo atrás. (...) Mas vontade é muita. Eu tenho aquela vontade e eu tenho aquele vazio dentro de mim. (...) O negócio é que eu não posso mais. (...) Isso é uma questão de caráter. É vergonhoso - você dar um retorno... um retorno depois de estar errado...¹⁷

Diante do exposto, não pude deixar de considerar, diante das narrativas e do discurso do Senhor H que, “em numerosos casos, longe de ser um equivalente do suicídio, “*a droga ajuda a viver*” (CHARLES-NICOLAS e VALLEUR, 1982).

Em suas experiências, em sua fala, ao sentir-se com raiva, ao experimentar a tristeza, a falta, ou mesmo para celebrar, para expressar alegria ou para o seu prazer, o álcool remete à duplicidade do homem, ao duplo eu, manifestando pensamentos e sentimentos, que reage à altura às adversidades da existência. Para lidar com isso - o álcool o ajuda a viver.

Apesar de uma aparente contradição, ao dizer que bebe quando percebe problemas em casa, quando em outro momento menciona que bebe por prazer, estamos justamente diante dessa multiplicidade de sensações e sentimentos que experimenta com os reveses da existência.

Pra mim, quando eu estou bebendo é como se eu tivesse sentindo orgasmo. Quando todo o meu ego, com quem eu queria beber, eu estou satisfeito, não é que estou bebendo porque estou injuriado, não. Não bebo indignado.¹⁸

Nosso sujeito, que não reunindo em si mesmo condições de reagir aos conflitos em determinados momentos de sua existência, lança mão do ato de beber como possibilidade de seguir com a existência.

Em um outro momento, no contexto de atendimento a um outro paciente, e para clarificar o caráter multifacetado do uso do que convencionou-se a chamar de tóxico, este me disse - “ eu sei que ao beber, eu estou morrendo e sei também que estou vivo porque bebo”.

Longe de considerar o ato de beber álcool, de drogar-se ou de embriagar-se como um comportamento de erro, de risco, propõe-se uma reflexão mais aprofundada sobre esse ato, sobre o que vem a significar essa atitude; a fim de fazer voltar o olhar para a utilização da droga como uma estratégia de lidar com a dor de existir. Para que, só então, possamos compreender o significado primeiro do pharmakon grego, que utilizado como lenitivo, mas

17 Entrevista realizada com Senhor H, 50 anos, no dia 9 de março de 2015 em Icapuí-CE.

18 Entrevista realizada com Senhor H, 50 anos, no dia 30 de março de 2015 em Icapuí-CE.

que contendo em si o bem e o mal, pode vir a ser veneno ou remédio, a depender de como for utilizado.

O uso de drogas parece simbolizar um desejo de alterar a percepção do mundo em volta de si.

Numerosos autores referem o caráter autodestrutivo dos estados de dependência (MCWILLIAMS, 2014; OLIVEINSTEIN, 1982; HAMMER, 1981). Pesquisadores como Charles-Nicolas e Valleur (1982), consideram que as condutas ordálicas¹⁹ são comuns nos sujeitos toxicômanos, pois refere-se ao comportamento de risco, de autodestrutividade. Como analisou René Roussillon²⁰ (2001) “Arriscar sua vida, pô-la em jogo e à prova equivale, de fato, a sentir também que ela lhe pertence ou a procurar determinar exatamente até onde ela lhe pertence e até onde se é seu dono”.

Gilberto Velho (2003) discute o comportamento desviante a partir de uma ótica antropológica. Diz ele que a sociedade é levada a identificar o comportamento desviante dentro de uma perspectiva de patologia. Somos condicionados a compreender, classificar e considerar os sujeitos em categorias de “sãos”, “não-sãos”, ou “insanos”. Personalidades que classificamos em anormais e doentes e sujeitos ao nosso olhar terapêutico que comporta apenas o tratamento dos ditos sintomas. Parece que resta-nos apenas diagnosticar o mal e propormos o tratamento.

Diz Gilberto Velho que, considerar as obras de autores como Michel Foucault, Szasz e outros que percebem e ressaltam os aspectos socioculturais do humano, facilita o diálogo com os antropólogos.

Souza (2013), em seu livro “Processos de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais” analisa as diversas formas do uso do álcool em diferentes povos indígenas brasileiros, e opta por trabalhar com o conceito de “processos de alcoolização” a usar a noção de dependência do álcool.

Esse autor questiona a naturalização da visão biomédica, centrada de forma reducionista acerca dos danos associados ao álcool. Diz ele:

19 Segundo René Roussillon (2001) condutas ordálicas são “Comportamento de correr riscos ligado à *ordália*, ritual de julgamento na Idade Média, em que, por um lado, a prova apontaria aquele que deveria triunfar, escolhido por um poder divino e, de outro, colocaria a pessoa em risco de morte iminente. Culminaria em uma tentativa de suicídio aparentemente inexplicável ou acidental”.

20 René Roussillon é professor de psicologia clínica e psicopatologia na Universidade de Lyon 2. Investiga os processos de simbolização psíquica, a clínica dos sofrimentos narcísico-identitários e os processos de subjetivação.

O álcool é, em determinados contextos, basicamente um instrumento, um meio, aparentemente imprescindível, para a concretização de relações e rituais sociais (...) [podendo cumprir] funções psicotrópicas, terapêuticas, alimentares, de sociabilidade, de coesão e integração cultural, de identificação e pertencimento social, de transgressão ou de ‘válvula de escape’, tomando parte em rituais religiosos, profissionais e/ou familiares”. (SOUZA, 2013)

Por isso mesmo, os autores referem o conceito de “alcoholização”, apresentado por Eduardo L. Menéndez (1982), que considera

O conjunto de funções e consequências positivas e negativas que cumpre a ingestão de álcool para conjuntos sociais estratificados e não apenas o estudo dos alcoólicos dependentes, nem os excessivos, nem os moderados, nem os abstêmios, mas sim o processo que inclui a todos e que evita considerar o problema em termos de saúde e/ou enfermidade mental. (MENÉNDEZ, 1982)

5.2 O CONTROLE SOCIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DE DROGAS

Santos e Oliveira (2012) realizam um resgate histórico do uso das drogas e amparam suas reflexões nas pesquisas de estudiosos como Siegel (2005), Weil (2004) e Samorini (2002):

Historicamente, a regulação do uso destas substâncias se estabeleceu em contextos sócio-culturais específicos, que condicionaram o seu consumo mediante normas e convenções socialmente compartilhadas. Durante o século XX, no entanto, muitos países baniram o uso recreacional das drogas, considerando criminosos o uso, o armazenamento ou a venda, principalmente pelo isolamento experimental de princípios ativos de substâncias psicoativas e sua industrialização no século XIX.

Proibir para regular, para regulamentar, para comercializar, para ordenar a sociedade.

Mas para além de fazer surgir a industrialização do entorpecente, seguindo pelo caminho já delineado por Foucault, chegamos à compreensão de que este mecanismo proibicionista, atravessa as articulações do corpo e da história, e produz aí um entendimento

de “docilizar” os corpos frágeis dos usuários de drogas; é desta forma que produzimos a política de atendimento e tratamento na rede do SUS.

No entanto, conforma-se toda uma elaboração de controle e sujeição com o fim de dominar e controlar este corpo-sujeito-usuário, mas não se promove a decifração deste mesmo corpo. O corpo igualmente emite um discurso, e por que não investigar as “coisas ditas” através do uso do entorpecente? Por que não discernir a história sobre o corpo, esta “superfície de inscrição”?

Como para Foucault a prisão, desde a sua origem, é um "projeto de transformação dos indivíduos" (FOUCAULT, 2013), para meu entendimento, a política cumpre a função de classificar, de separar os usuários dos ditos traficantes, dispondo para aqueles o tratamento na rede de cuidados de saúde, com “recuperação e reinserção social”, “prevenção”, no projeto de “recuperação” e ressocialização pretende-se reabilitar, transformar, promover “processos de treinamento do corpo”, na mudança de hábitos e de comportamentos; “repressão” para “redução da oferta”; neste sentido, a Política supõe um processo de “poder específico de gestão da pena” (FOUCAULT, 2013).

É neste sentido que cabe ao Estado/Governo a exclusividade do direito de punir, controlar. Conforma-se assim um determinado tipo de controle social. Como afirmam Zaffaroni e Pierangeli (2010), citados por D'Elia Filho (2011) este controle social é amplo e foi classificado pelos autores, podendo ser difuso - meios de comunicação em massa, da família, da moda, da medicina; e institucionalizado – através escola, da polícia, dos tribunais.

Shecaira (2004) discute a definição de controle social “(...) como o conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários”.

Eugenio Raúl Zaffaroni (1991, *apud* VIANNA, 2012 e BRODT, 2010) elabora a chamada teoria da vulnerabilidade social, a partir de seu ensaio “*Em busca das penas perdidas*”, demonstrando uma seletividade do sistema penal nas sociedades humanas. Ancorado na psicologia social de George H. MEAD, denominada de “interacionismo simbólico” e na sociologia fenomenológica de Alfred SCHUTZ, Zaffaroni, que foi ministro da suprema corte de justiça da Argentina, denuncia a seletividade do sistema penal e instituições afins em relação a determinados grupos sociais; estes são constituídos de indivíduos possuidores de baixa vulnerabilidade em relação ao sistema penal por estarem

próximos/protegidos pelo poder.

Voltemos novamente a Michel Foucault. Para este autor, é a partir do século XIX que o controle social é exercido para além do sistema judiciário.

Chega-se, assim, à contestação da grande separação atribuída a Montesquieu, ou pelo menos formulada por ele, entre o poder judiciário, poder executivo e poder legislativo. O controle dos indivíduos, essa espécie de controle social punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtuosidades não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas e pedagógicas para a correção. É assim que, no século XIX, desenvolve-se em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia etc. Toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui nesse momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. (FOUCAULT, 2001a, pág. 85 e 86)

5.3 O CORPO COMO “SUPERFÍCIE DE INSCRIÇÃO” DOS ACONTECIMENTOS

“O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” (Foucault, *A Microfísica do Poder*)

Retomando a questão proposta por Espinosa, Deleuze pergunta: o que pode um corpo?²¹ (DELEUZE *apud* JEUDY, 2002, p.109; SPINOZA, 2007). E depois de tanto tempo decorrido desde que esta questão foi lançada, não sabemos ainda, o que, de fato, pode um corpo. O corpo é uma arena e um campo de forças. Assim, sobre ele são exercidos uma

21 “O fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo, isto é, a experiência a ninguém ensinou, até agora, o que o corpo – exclusivamente pelas leis da natureza enquanto considerada apenas corporalmente, sem que seja determinado pela mente – pode e o que não pode fazer” (Ética III, Prop. 2)

infinidade de acontecimentos – é o corpo que dança, que sorri, que ama, que expressa vitalidade e resistência mas igualmente é manipulado, contido, sobre o qual se exerce ordenamento, regulação, violência e sofrimento. O corpo contém infinitas possibilidades.

É através do corpo que experimentamos toda sorte de vivências, sejam elas de ordem física, emocional, sexual, dentre outras. O corpo é afetado por outros corpos, e produz novas formas de existencialização. São estas formas de ser afetados e desejar transformações com novas estéticas que Peres (2011) referiu como “corporalidades”. Estas estéticas estão em permanente construção, e se distinguem em “saudáveis” e verdadeiras em contraposição a outras estéticas que “não reproduzem as ordens do poder”. Este autor cita Butler (2003) para resgatar o conceito de “corpos abjetos” - corporalidades que não se enquadram, estão fora da ordem do humano e são tratados como pré-sujeitos; são os corpos “outsider”, desobedientes e transgressores:

Os corpos abjetos são os corpos “outsider”, fora da ordem dada pelas instancias do poder, que não se afinam aos modelos previamente dados, que são desobedientes e transgressores. Corpos que se alteram com as tatuagens e os piercings, com as academias de ginásticas e as múltiplas dietas, com as cirurgias plásticas, aplicações de botox e de metacrilato, corpos que se alteram para todos os lados e de todas as formas, atualizando suas potencialidades mutantes. (PERES, 2011, p. 76)

Deleuze afirma que o corpo torna-se aquilo que sobre ele é exercido. O corpo é produção de sentidos, e porque aparece geralmente passivo, o corpo é um ente constituído pelo acaso:

O que define um corpo é essa relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer sendo desiguais, constitui um corpo desde que entrem em relação; por isso o corpo é sempre fruto do acaso, no sentido Nietzscheano, e aparece como a coisa mais surpreendente, muito mais surpreendente que a consciência e o espírito. (DELEUZE, 1976, p.33).

E estando subordinado a essa relação de forças dominantes, o corpo, sujeito do acaso, sujeito do que lhe possa imprevisivelmente acontecer, deixa-se dominar, por outros corpos que venham a representar essa estrutura e conjuntura de poder.

Em A Grande Interação, segundo capítulo do livro História da Loucura, Foucault pergunta: “Será que essa possibilidade de ser louco não faz com que ele corra o

risco de ver-se despojado da posse de seu próprio corpo (...)?” (FOUCAULT, 1978, p. 52).

Foucault introduz este capítulo com a epígrafe “*Compelle intrare*”²², expressão que parece demarcar o direito do homem ao seu próprio corpo, e que na atualidade soa como os valores de uma sociedade ao que veio a ser considerado como direitos humanos.

Parece indicar que o julgamento sanitário submetendo o sujeito à categoria de doente mental, faz suprimir ou cessar o direito ao próprio corpo. A insanidade favorece o mecanismo de controle dos corpos, voluntariamente ou não, na condição de sujeito compelido a algo mesmo contra sua vontade. Como bem expressou Foucault “O tratamento (...) em favor do corpo, mas às custas da carne” (FOUCAULT, 1978, p. 98).

5.4 SOBRE O BIOPODER – “DIREITO DE MORTE E PODER SOBRE A VIDA”

5.4.1 Conceito de biopolítica/biopoder: o governo da população

O fenômeno do uso abusivo de drogas vem sendo abordado no Brasil e no mundo como uma questão grave de saúde pública, um problema de ordem médica e psiquiátrica, contribuindo para a ideia de controle sobre os corpos.

Considerando a genealogia dos saberes em Foucault, em sua análise sobre o que subjaz à imposição do poder, o biopoder é considerado como o controle sobre o corpo pelo poder soberano.

O conceito do biopoder (ou biopolítica) nasce no curso “Em Defesa da Sociedade”, ministrado em 1976 por Foucault, no Collège de France. Em “A Vontade de Saber”, primeiro volume da obra “História da Sexualidade” (FOUCAULT, 1988b), ele retoma o conceito e dá um novo rumo às análises genealógicas do poder, que posteriormente se complementam com a publicação de obras como *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) (FOUCAULT, 2005), *Segurança, Território, População* (1977-1978) (FOUCAULT, 2008a) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) (FOUCAULT, 2008b).

No ano de 1974, em sua vinda ao Brasil para uma conferência, cujo tema era “O nascimento da medicina social”, Foucault já utiliza o termo biopoder e o corpo é compreendido como uma realidade biopolítica. “(...) o corpo é uma realidade bio-política. A

22 Do latim *Obrigá-los a vir* (tradução minha).

medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 1984, p.80).

Em sua filosofia crítica, epistemológica, sobre a formação do saber, Foucault percorre uma trilha de discussão sobre a administração dos corpos e sobre o poder. Sendo o corpo o instrumento através do qual e sobre o qual o poder é exercido, onde sobre este se realiza uma “regulamentação social”. O biopoder se constitui como a gestão da vida pelos governantes ou a vida como objeto do poder. Nas considerações sobre a governabilidade dos povos, a biopolítica assoma como “uma nova arte de governar” (FOUCAULT, 2008a, p.467).

Foucault analisa a sociedade e o governo da sociedade; envereda pelas relações entre esses entes; desvenda o mecanismo em que o regime de poder é fundado não mais no controle do território, mas no controle dos povos. Diz-nos ele que é a partir do século XVII (FOUCAULT, 1988b, p. 131), com o advento do capitalismo, que esse “poder sobre a vida” aparece sob duas formas principais - a primeira delas “centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988b, p. 131); a isto Foucault chama de função anatomo-política do corpo. A segunda, deu-se a partir do século XVIII e “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade” (FOUCAULT, 1988b, p. 131), e Foucault denomina de bio-política a produção de múltiplos saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária. No que se refere à disciplina dos corpos, o Exército e a escola; na regulação das populações a demografia; biopoder como “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 1988b, p. 132).

É ao nível do biológico que se dá a governança, “o poder assumiu a função de gerir a vida” (FOUCAULT, 1988b, p. 129). Corpo biológico que deve estar apto para a produção, para o mercado, redundando em força de trabalho, para fazer fluir a economia. Importa agora realizar sobre este bios a gestão sanitária, regras de habitação, da ocupação das cidades, ordenamento da alimentação, da natalidade, da sexualidade. É preciso proceder à “administração dos corpos e gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988b, p. 131). E então a política segue rumo a uma biopolítica.

O filósofo Noam Chomsky²³ amplificou essa discussão ao mencionar a guerra às drogas como um instrumento para controlar a população (SOLINGE, 2002). É ele um dos pesquisadores combativos nas áreas do saber social e político e faz duras críticas ao poder do capital e do Estado.

Giorgio Agamben (1995 *apud* SILVA, 2011) analisa a biopolítica como o “governo dos homens”. Refere este pesquisador que o capitalismo não seria uma possibilidade sem o controle disciplinar dos corpos efetivado pelo biopoder, “que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os 'corpos dóceis' de que necessitava” (AGAMBEN, 1995, p. 11).

Esta instrumentalização do corpo a serviço do capitalismo é percebido na análise de Foucault:

(...) o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A Medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1984, p. 80).

Ainda segundo Silva (2011) são três as manifestações do biopoder nas sociedades democráticas contemporâneas, que se impõem sobre a vontade individual, limitando o arbítrio dos sujeitos sobre o uso “de seus próprios corpos biológicos: a proibição ao aborto, a criminalização das drogas e as políticas de exclusão dos sujeitos que praticam o tabagismo do convívio social nos lugares públicos” (SILVA, 2011, p. 3).

5.4.2 Biopolítica e Racismo – Entre o Fazer Viver e o Deixar Morrer

Porque a biopolítica envolve os discursos de ordenamento da sociedade, envolve igualmente estratégias de intervenção em nome da vida e da saúde. Aponta para uma relação entre deixar morrer (*laissez mourir*) e fazer viver (*faire vivre*), que poderíamos chamar de governabilidade da vida. O biopoder contém, necessariamente, o racismo. E Foucault observou correlações significativas entre racismo e biopoder:

²³ Avram Noam Chomsky é um linguista, filósofo, cientista cognitivo, comentarista e ativista político norte-americano, conhecido na academia como "o pai da linguística moderna". Publicou livros na área da linguística; publicou também livros no Brasil nas áreas social e política.

O que inseriu o racismo nos mecanismos do estado foi mesmo a emergência desse biopoder. (...) Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de se introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Sob a análise de Foucault, o Racismo, entendido como uma determinada convicção em considerar pessoas, raças, grupos humanos como superiores à outros, é feito através do biopoder como exercício do poder soberano, na condição de qualidade máxima de poder, poder supremo e absoluto, exercendo a autoridade de alterar a noção de bom e de mau, de vida e de morte. E ao proceder desta forma, como a constituir uma cisão, contribui para a prática do Racismo.

Entretanto, Foucault mostra que a ideia do Racismo vai além; ela contribui para naturalizar no imaginário da sociedade um certo “ganho” biológico:

(...) De outro lado, o racismo terá sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo: “quanto mais você matar, mais você fará morrer”, ou “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá”. (...) o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem à desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Szasz (1984), muito habilidosamente, trata a temática do racismo e da exclusão do doente mental em seu livro “A Fabricação da Loucura”. Diz-nos ele que em uma sociedade, “o homem social teme o Outro e tenta destruí-lo; mas que, paradoxalmente, precisa do Outro e, se necessário, pode criá-lo, de forma que, ao negá-lo como mau, pode confirmar-se como bom.” (SZASZ, 1984, p. 328). Ele nos apresenta uma leitura do racismo sob o ponto de vista da exclusão que é considerar o “Outro” como diferente e a necessidade de eliminá-lo. É a história do “Pássaro Pintado”, do escritor e ator judeu polonês Jerzy Nikodem Kosinski (1975). Ei-la:

Estas idéias são apresentadas com habilidade artística extraordinária por Jerzy Kosinski em seu livro *O Pássaro Pintado*. O título refere-se a este tema: “O Pássaro Pintado” é o símbolo do Outro perseguido, do “Homem Manchado”.

A história é uma narrativa angustiante do que ocorre com um menino de seis anos de idade, morador “de uma cidade grande da Europa Oriental que nas primeiras semanas da segunda Grande Guerra (...) foi enviado por seus pais, como milhares de outras crianças, para o abrigo de uma vila distante. Para proteger o filho das destruições da guerra na capital, seus pais, pessoas de classe média, o colocam sob os cuidados de uma camponesa. Dois meses depois da chegada do menino, a protetora morre. Os pais não ficam sabendo disto, e a criança não tem recursos para estabelecer contato com eles. Fica vagando num mar de humanidade, às vezes indiferente, muitas vezes hostil, raramente protetora.

Durante suas peregrinações pelos campos da Polônia devastada pela guerra, a criança vive, durante algum tempo, sob a proteção de Lekh, um jovem gigantesco, solitário, mas digno, e que ganha a vida como caçador. É este episódio que descreve de maneira comovente o tema de que, para a tribo, o Outro é um estranho perigoso, o membro de uma espécie hostil que precisa ser destruído.

Lekh ama uma mulher, Ludmila, com quem tem apaixonadas relações sexuais. Ludmila foi violentada quando menina e, quando aparece no romance, tem um desejo sexual furioso. Os camponeses a chamam “Ludmila Burra”. O episódio que aqui nos interessa ocorre depois de um período de separação entre Lekh e Ludmila. Vou citar o trecho todo:

“Às vezes, durante dias seguidos não aparecia na floresta. Lekh ficava dominado por uma raiva silenciosa. Fixava os olhos solenemente, nos pássaros colocados nas gaiolas, resmungando alguma coisa para si mesmo. Finalmente, depois de um demorado exame, escolhia o pássaro mais forte, prendia-o no seu pulso, e preparava tintas malcheirosas de diferentes cores, que misturavam com os componentes mais variados. Quando as cores o satisfaziam, Lekh virava o pássaro e começava a pintar suas asas, sua cabeça e seu peito com tons de arco-íris, até que se tornasse mais saliente e vivo do que um buquê de flores do campo. Depois íamos até a parte mais fechada da floresta. Quando chegávamos a esse ponto, Lekh retirava o pássaro e me pedia para segurá-lo em minha mão e comprimi-lo levemente. O pássaro começava a chilrear e atraía um bando da mesma espécie que voava nervosamente sobre nossas cabeças. Nosso prisioneiro, ao ouvi-los, se voltava para eles, gritando mais alto, enquanto seu coração, trancado num peito recentemente pintado, batia violentamente.

Quando um número suficiente de pássaros se reunia sobre nossas cabeças, Lekh me dava um sinal para libertar o prisioneiro. O pássaro levantava vôo, feliz e livre, um ponto de arco-íris num fundo de nuvens e depois mergulhava no bando que o esperava. Durante um instante os pássaros ficavam confusos. O pássaro pintado voava de um extremo ao outro do bando, em vão tentando convencer sua espécie de que era um deles. Mas, fascinados pelas suas cores brilhantes, eles voavam à sua volta, não convencidos. O pássaro pintado era empurrado para um ponto cada vez mais distante do bando, embora desesperadamente tentasse entrar nas suas fileiras. Logo depois um pássaro depois do outro o atacava violentamente. Em muito pouco tempo a forma de muitas cores perdia seu lugar no céu e caía ao chão. Esses incidentes ocorriam muitas vezes. Quando depois encontrávamos os pássaros pintados, estes quase sempre estavam mortos. Lekh examinava atentamente o número de bicadas que os pássaros tinham recebido. O sangue escorria de suas penas pintadas, diluindo a tinta e sujando as mãos de Lekh.”

Apesar disto Ludmila burra não volta. Para gastar sua cólera frustrada, Lekh

prepara outro sacrifício de pássaro. Esta é a descrição de Kosinski.

“Um dia, caçou um corvo grande; pintou as suas asas com tinta vermelha, o peito com verde e a cauda com azul. Quando um bando de corvos apareceu sobre nossa cabana, Lekh soltou o pássaro pintado. Logo que este se juntou ao bando, a batalha começou. Foi atacado por todos os lados. Penas negras, vermelhas, verdes e azuis começaram a cair nos nossos pés. Os pássaros voavam enfurecidos nos céus, e repentinamente o corvo pintado caiu ao solo arado. Ainda estava vivo, abria o bico e fazia uma tentativa inútil para mover as asas. Seus olhos tinham sido arrancados, e o sangue quente corria por suas penas pintadas. Fez ainda uma tentativa para levantar vôo da terra pegajosa, mas já não tinha forças para isso.” (SZASZ, 1984, p. 328 - 330).

O “Pássaro Pintado” retrata, de forma pungente, o processo de estranhamento do Outro que, por ser diferente dos demais, é violentamente expulso do grupo e destruído, posto que se afigura como ameaçador. “Para o homem, o animal do rebanho, assim como para seus ancestrais não-humanos, a segurança reside na semelhança” (SZASZ, 1984, p. 330). O “Pássaro Pintado” simboliza, como o disse Szasz, o “Homem Manchado”. É uma analogia de como a sociedade e o Estado podem macular inocentes, penalizá-los em nome de uma normatização e para evitar a ameaça sobre a vida. Com o argumento de salvar a vida, ou o biológico, ou mesmo para proteger a saúde de um coletivo, poder-se-ia destruir vidas.

5.4.3 Guerra às Drogas e Etnocídio – a Eliminação da Diferença

Neste contexto específico da guerra às drogas, o antropólogo Pierre Clastres (2004), nos introduz uma discussão estabelecida por Henman²⁴, (1986), sobre o fenômeno do etnocídio.

Diz ele:

Se o termo genocídio remete à idéia de "raça" e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. (CLASTRES, 2004, p. 56).

Em seu livro *Arqueologia da Violência: Pesquisas de Antropologia Política*,

24 Anthony Richard Henman é antropólogo e um dos pioneiros da discussão sociológica sobre drogas no Brasil.

Clastres estabelece uma discussão que aponta para a lógica do Estado baseada na eliminação da diferença, entendida como ameaça, posto que é na diferença do Outro que nasce o mal. Essas relações geram exclusão, violência, racismo e etnocídio. “A violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado”, diz Clastres (CLASTRES, 2004, p. 61).

Henman investigou os diversos usos das plantas e substâncias tornadas ilícitas entre as muitas tribos indígenas de diversos países das Américas (HENMAN, 2005a, 2005b). Denunciou o controle repressivo da política de drogas, que por não reconhecer os usos tradicionais e rituais dessas substâncias e os aspectos culturais envolvidos, gera violência, principalmente advinda do Estado, praticada por autoridades policiais brasileiras em desfavor dessa população indígena (HENMAN, 1980). Este pesquisador chega à conclusão que a política de drogas baseada na proibição e criminalização, causa, dentre outras consequências, exclusão, sofrimento, eliminação cultural, configurando-se numa política etnocida (HENMAN, 1986).

Vargas (1998, p. 121) afirma que a repressão e enfrentamento ao uso e ao tráfico dos entorpecentes chega mesmo a assumir um “caráter etnicidário” e ainda que “as contabilidades financeira, política e militar envolvidas em tais circuitos crescem na mesma medida alucinante que a dos corpos mutilados, chacinados e siderados pelo uso de entorpecentes” (VARGAS, 1998, p. 121).

Este pesquisador igualmente denomina o fenômeno como “ingerência do Estado nos circuitos das drogas”, chamando a atenção para evitar-se a naturalização ao distinguir-se entre drogas lícitas e ilícitas.

5.5 O “EU”, OBJETO DE CUIDADO - SOBRE TRATAMENTOS E SUBJETIVIDADES

5.5.1 Sujeito, Corpo, Transgressão

A palavra Sujeito é derivada do latim *Subjectus*, particípio passado de *Subicere*, “colocar sob, abaixo de”, como mostra Sales (2007), que diz que os medievais usavam as palavras latinas: *subjectum* para referir-se àquilo que está por baixo como suporte,

fundamento e a palavra *substantia* para o que denominavam de quiddidade (essência) de cada coisa.

Mas em sua acepção filosófica, o termo sujeito é utilizado originalmente na filosofia grega, por Aristóteles que faz uso de duas palavras quando se refere ao sujeito - *ὑποκείμενον* (fundamento, substrato) e *οὐσία* (substância). E neste sentido o termo vai perdurar durante todo o período aristotélico, designando qualquer substância.

Na idade moderna, emerge com Descartes a filosofia da subjetividade. Primeiramente, com o sentido do *cogito*, como consciência do eu. “O sujeito cartesiano primeiro é o ego do cogito (penso), em que o homem é concebido apenas como espírito, substância pensante” (SALES, 2007, p. 79). O sujeito é o *cogito: penso, logo existo*, o que faz Alquié constatar que o existir não é consequência do pensar; fazendo o caminho inverso, o *eu penso* evidencia que *eu existo* (ALQUIÉ, 1996, p. 182).

Como *Subicere*, o homem parece estar fadado a sujeitar-se a algo ou a alguma coisa; pode ser tanto o de colocar-se sob o jugo ou a decisão de outrem, como igualmente ser a substância de um corpo-frasco, com o sentido daquilo que o subjuga, que o mantém dentro, em segurança ou mesmo aprisionado, contido ou encarcerado; o corpo, ele mesmo, pode assumir as representações de um carcereiro ou de um protetor. Como o poeta Drummond (2016, p. 11) percebia - “Meu corpo não é meu corpo, é ilusão de outro ser. Sabe a arte de esconder-me e é de tal modo sagaz que a mim de mim ele oculta. Meu corpo, não, meu agente, meu envelope selado, meu revólver de assustar, tornou-se meu carcereiro, me sabe mais que me sei.” E é por meio do corpo que o homem fica marcado pelas experiências. As experiências podem limitá-lo, traumatizá-lo, destruí-lo ou, de forma oposta, favorecer sua amplidão, sua expansão, fazer transbordar o seu ser.

Seja subjugado ou livre, o sujeito expressa essa alternância, essa alteridade. São os contrários e as contradições, as oposições, o duplo eu.

E se o ser deseja transgredir – revolver-se, dizer não, por-se em oposição a tudo que o marca, que impõe, que o limita, que o aflige? E se o ser, em seu protesto para preservar a sua verdade, sai por caminhos não convencionais? Por que então devemos considerá-los pouco sãos? Por que contestá-los e atuar contra eles mesmos?

Os usuários seguem arredios e perguntamos onde puseram seus corpos – eles não estão onde o pusemos, nas categorias sanitárias que fomos adestrados a ver, onde desejamos

que estejam.

Brandão (2014) em uma discussão recente, faz referências às investigações de Henman (1980) quando do estudo do uso da maconha por indígenas. “As transações com essa planta continuam a simbolizar formas de resistência” - constata Brandão (2014, p. 4).

Resistir pode ser uma forma de manifestar-se divergente. Resistir é andar em caminho contrário, é ir contra o sistema, é opor-se àquilo que está posto. Pode até parecer uma fuga, mas é, essencialmente, uma manifestação da subjetividade.

5.5.2 A Hermenêutica do Sujeito – Entre o Cuidado e o Conhecimento de Si

O livro "A Hermenêutica do Sujeito" reúne as últimas exposições de Foucault ao ministrar mais um dos seus cursos no Collège de France. Foucault procurou desvendar a relação entre o "cuidado de si mesmo" (*epiméleia heautoû*) e o conhecer-se a si mesmo (*gnôthi seautón*), como uma atitude filosófica, um imperativo da existência, um princípio permanente de inquietude e agitação no curso da existência humana.

Nesse contexto, Foucault ampara-se na atitude filosófica da cultura grega antiga, citando Epicuro que emprega o verbo *therapeúein* no sentido de "ocupar-se"; *therapeúein*, pois, refere-se aos cuidados médicos, uma espécie de terapia da alma de conhecida importância para os epicuristas. "A *epiméleia heautoû* é também uma certa forma de atenção, de olhar (...) o cuidado de si implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento" - diz ele. (FOUCAULT, 2006, pág. 12).

E neste sentido do cuidado, e especificamente do cuidado de si, Foucault chama atenção para que essa é uma atitude que perpassa toda filosofia grega, helenística e romana, bem como é também adotada pela espiritualidade cristã; e que se configura como uma atitude, uma forma de reflexão, um fenômeno de importância singular; importante não apenas para a história das teorias e história das representações, mas principalmente importante para a história das subjetividades, para a “história das práticas da subjetividade” (FOUCAULT, 2006, p. 12).

Entretanto, para que, de fato, se efetive o cuidado de si, faz-se necessário o conhecimento de si, o que Foucault denomina de “o acesso ao ser”. E é o acesso ao ser que torna possível o “acesso fundamental à verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 15). Dessa forma,

Foucault identifica o conhecimento e o cuidado de si com o próprio método da filosofia, pois que brilhantemente deduz - “Chamemos 'filosofia' a forma de pensamento que se interroga sobre o que permite ao sujeito ter acesso à verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 15).

A filosofia, como acesso à verdade é, ela mesma, o meio e o método para o conhecimento e o cuidado de si.

E remetendo à gestão do cuidado, Foucault cita Epicuro, em sua Carta a Meneceu: “Quando se é jovem não se deve hesitar em filosofar, e quando se é velho, não se deve deixar de filosofar. Nunca é demasiado cedo nem demasiado tarde para ter cuidados com a própria alma” (FOUCAULT, 2006, p. 80).

E o problema do acesso à verdade, refere Foucault, foi por Espinosa associado a como este sujeito deve ser transformado em seu ser para ter este acesso à verdade. Na opinião de Foucault existem laços muito estreitos entre “a filosofia do conhecimento e uma espiritualidade da transformação do ser do sujeito por ele próprio” (FOUCAULT, 2006, p. 27). De fato, a filosofia platônica e neoplatônica do cuidado de si trata do acesso à verdade que consiste em “reconhecer o que pode haver de divino em si” (FOUCAULT, 2006, p. 71).

Em todas estas problematizações em que estão implicados o eu, como sujeito, o cuidado de si, e a verdade, Foucault lança uma primeira questão – “o que é esse eu?” (FOUCAULT, 2006, p. 37). Dadas a natureza indeterminada do eu e sua implicação política, Foucault formula a segunda questão - “de que modo o cuidado de si, quando o desenvolvemos como convém, quando o levamos a sério, pode nos conduzir (...) a conhecer a *tekhne* de que preciso para governar os outros?” (FOUCAULT, 2006, p. 37). O que redundará na nova questão: “qual o eu de que devo ocupar-me a fim de poder, como convém, ocupar-me com os outros a quem devo governar?” (FOUCAULT, 2006, p. 37).

Inicia-se uma análise que coloca lado a lado subjetividade e Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 14 – “Le Buveur d'absinthe”, óleo sobre tela, por Édouard Manet, em 1859



Fonte: <http://www.glyptoteket.com/explore/the-collections/artwork/edouard-manet-absinthe-drinker>

“As drogas já fazem parte de nossa cultura. [...] Da mesma forma que não podemos dizer que somos 'contra' a música, não podemos dizer que somos 'contra' as drogas” (FOUCAULT, 2004, p. 265).”

O fenômeno do uso de álcool e outras drogas tornadas ilícitas suscita, na atualidade, um debate difícil, quase proscrito. Falar sobre drogas era tabu no passado e permanece hoje como um assunto que muito incomoda.

A sociedade tem muitas fantasias e crenças em torno do uso de drogas. Segundo Gilberto Velho²⁵ a ideia da droga desperta uma série de alarmes; esses alarmes atuam sobre aquilo que as pessoas acreditam. E as pessoas acreditam na importância do controle, então qualquer fenômeno que possa sugerir falta de controle soa como a representar um risco (VELHO, 1985).

As pessoas são condicionadas aos discursos oficiais construídos sobre a droga; desta forma elas entendem as drogas como altamente ameaçadoras e muitas acreditam que as ações governamentais operam de forma a protegê-las dos danos que as drogas causam.

Gilberto Velho faz-nos voltar nosso olhar para a compreensão do uso das drogas como um fenômeno social e a não nos limitarmos a examinar este fenômeno de forma isolada. Alerta para o risco de se conceber as drogas a partir de explicações genéricas, centradas exclusivamente em aspectos fisiológicos e psicológicos, para não tendermos à rotulação e à estigmatização (VELHO, 1994).

Estudiosos do fenômeno se depararam com a complexidade e os extremos de se considerar de um lado, o tóxico, e de outro, o toxicômano, a droga e o drogado. Pergunta-se como é possível que o sujeito possa ser tão profundamente marcado, alterado e afetado por processos externos. Se não é, ele mesmo, impelido para aquilo que o atrai, e que, ao absorver e deixar ser absorvido, a transformação que se opera é aquilo a que ora se buscava.

(...) “ Eis o paradoxo da droga: o toxicômano, simultaneamente, é doente e não doente; não há toxicomania sem prazer – e esta dimensão de prazer não se deixa reduzir a uma fantasia a ser enxertada em uma estrutura doente. Hoje ainda persiste um mistério atrás do fato de que um produto inerte possa transformar a libido e o imaginário de um sujeito, ao ponto que pouco importa a estrutura de partida, pois o encontro do produto e da personalidade cria um fato específico”.(BUCHER, 1992, p. XI)

Olievenstein (1984) entende que “o problema da droga não existe em si, mas é o resultado do encontro de um produto, uma personalidade e um modelo sócio-cultural”.

25 Gilberto Cardoso Alves Velho foi um antropólogo brasileiro. Atuou nas áreas de Antropologia Urbana, Antropologia das Sociedades Complexas e Teoria Antropológica. Escreveu, dentre outros, os livros *Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia* (1998) e *Mudança, Crise e Violência: política e cultura no Brasil contemporâneo* (2002).

Deleuze & Guattari (1995 *apud* VARGAS, 1998, p. 133) falam de “corpos povoados por 'intensidades”.

As políticas públicas e as leis brasileiras sobre drogas ignoram os usos tradicionais e rituais dessas substâncias e os aspectos culturais envolvidos no uso do entorpecente (HENMAN, 2005).

Uma outra discussão científica e farmacológica foi estabelecida por David Nutt e cols²⁶. (2007) parte de um estudo conduzido por uma equipe de pesquisadores que avaliou o risco de vinte (20) drogas e coloca o álcool (substância tornada lícita pelas leis brasileiras) no quinto lugar entre as drogas mais perigosas. Esses pesquisadores consideram que o atual sistema internacional que classifica as drogas é arbitrário ou não classifica adequadamente o risco das substâncias. Questiona-se a legislação dos países signatários para que reconheçam os danos à saúde de determinadas substâncias como álcool e tabaco, ao invés da ótica de proibição baseada na prevenção de crimes.

As políticas repressivas sobre o uso e o comércio de drogas no Brasil têm causado, nas últimas décadas, mais consequências negativas do que propriamente o consumo das drogas em si (WERB e cols, 2011). A proibição, além de favorecer o aumento da corrupção, contribui para a grave violação de muitos direitos e põe o monopólio da produção e comércio de drogas nas mãos do crime organizado. O tráfico de drogas gera violência e incidência de homicídios nas diversas regiões do país (GEFFRAY, 2002; SAPORI e cols., 2010; RIBEIRO e cols., 2014).

O Brasil atualmente possui hoje o maior número de homicídios por ano – são mais de 56.000 mortes violentas, (WASELFISZ, 2014) das quais se estima que 50% sejam relacionadas à guerra às drogas (PRIMEIRA HORA NOTÍCIAS, 2011). O país também possui a terceira maior população carcerária do mundo, e cerca de 30% das prisões são também relacionadas às drogas (GALLUCCI, 2010).

Mundialmente, a guerra às drogas desloca grande parte do trabalho de risco de policiais (WACQUANT, 2008; BOITEUX, 2009), é responsável pelo crescimento da população carcerária e lotação dos presídios e tem respondido por um considerável número de pessoas inocentes mortas (BOITEUX, 2006; GALLUCCI, 2010). É inegável a extrema contradição - prende-se para se evitar usar drogas, e usa-se drogas dentro das prisões

26 David Nutt é farmacólogo e pesquisador na Universidade de Bristol.

(BOITEUX, 2014).

O grande impacto da política mundial de guerra às drogas sobre a sociedade e proteção da saúde pública atual brasileira é apontado pela juíza aposentada Maria Lúcia Karam:

Passados esses 100 anos de proibição, com seus mais de 40 anos de guerra, os resultados são violência, mortes, doenças, prisões superlotadas, milhares de vidas destruídas, violações a direitos fundamentais, racismo e outras discriminações, mas nenhuma redução na circulação das substâncias proibidas. Ao contrário, nesses anos todos, as drogas ilícitas foram se tornando mais baratas, mais potentes, mais diversificadas e muito mais acessíveis do que eram antes de serem proibidas e de seus produtores, comerciantes e consumidores serem combatidos como “inimigos” nessa nociva e sanguinária guerra. (KARAM, 2014)

E ainda:

Mas, a proibição não é apenas uma política falida. É muito pior do que ser ineficiente. A proibição adiciona danos muito mais graves aos riscos e danos causados pelas drogas em si mesmas. O mais evidente e dramático desses danos provocados pela proibição é a violência, resultado lógico de uma política baseada na guerra.

Não são as drogas que causam violência. O que causa violência é a proibição. A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. (KARAM, 2014)

Pela primeira vez em duas décadas, a Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU (19-21 de abril de 2016) voltou a tratar sobre o problema mundial das drogas. Foi um momento histórico para rever e reformar a política de drogas internacional. A sessão especial teve a participação de vários Chefes de Estado e de Governo, além de representantes de organizações não-governamentais pertinentes, representantes da sociedade civil e da comunidade científica, universidades, grupos de jovens, dentre outras representações.

A revista *The Lancet* (CSETE e cols., 2016) instituiu recentemente uma Comissão que analisa o impacto das políticas do controle de drogas na saúde pública. O artigo cita o caso do México (ANTES DE QUE NOS OLVIDEN, 2013; OSORIO, 2015), onde se estima que após a implantação da política de guerra às drogas a partir de 2006, contabilizam mais de 80 mil jovens mortos e mais de 121 mil mortes desde 2008. O documentário denuncia a violência cometida por grupos governamentais, com o envolvimento do Ministério Público e o sistema policial que forjam, inclusive, o desaparecimento de pessoas neste país.

The Lancet refere que o uso de drogas e o uso de drogas injetáveis têm contribuído para o aumento da epidemia de doenças transmissíveis como o HIV, Hepatite C (vírus HCV) e tuberculose; destaca ainda que o elevado encarceramento de pessoas que usam drogas (e usam drogas dentro das prisões) contribui para a transmissão dessas doenças na população carcerária. E que a aplicação das leis proibicionistas sobre as drogas tem se dado de forma discriminatória, especificamente contra as minorias raciais e étnicas em um número significativo de países. Conclui-se que as políticas de drogas destinadas a proteger as pessoas, mas com base na proibição e criminalização, mostraram-se prejudiciais no âmbito da saúde pública sob múltiplos aspectos e subverteram o direito das pessoas à saúde.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Original: 1995).
- ALLEN JR., Loyd V. **Introdução à Farmácia de Remington**. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- ALQUIÉ, F. **La Découverte Métaphysique de l'homme chez Descartes**. 5.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13740.pdf>>. Acesso em 31 Mar. 2016.
- ANDRADE, Tarcisio Matos de; ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. **A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas na cultura brasileira**. São Paulo: 2012. Disponível em <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/CetadObserva/Obra503>>. Acesso em 01 de Fevereiro de 2016.
- ANTES DE QUE NOS OLVIDEN. Direção: Matías Gueilburt. Produção: Luis F, Peraza, Roberto Ríos, Matías Gueilburt. Mexico: HBO Latin America, 2013.
- ARAUJO, Raflésia Rodrigues; COSTA, Raul Max Lucas. Subjetividade e Política Sobre Drogas: Considerações Psicanalíticas. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ARBEX JR, José. **Narcotráfico, um jogo de poder nas Américas**. Coleção Polêmica, São Paulo: Editora moderna, 2005.
- ARRUDA, M. L.; PIRES, M. H. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1988.
- BACHELARD, Gaston. **La psychanalyse du feu**, Paris – France: Folio Essais, 1985.
- BAHLS, Flávia Campos; BAHLS, Saint-Clair. Cocaína: origens, passado e presente. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 2, 2002, p. 177-181.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich . **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Discursos Sediciosos**, nº 5/6. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.
- BAUDELAIRE, Charles. **Oeuvres Complètes**, t IV. Petits Poèmes en prose, Les Paradisartificiels. Paris: Michel Lévy frères, 1869.

BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do Mal**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. (Original: 1857). Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/as-flores-do-mal-de-charles-baudelaire/view>>. Acesso em: 30 Mar. 2016.

BELL JR. A history of pot, from George Washington to legalizing ganja. **NBCNews**, 6 dez. 2012. Disponível em: <http://usnews.nbcnews.com/_news/2012/12/06/15726635-a-history-of-pot-from-george-washington-to-legalizing-ganja?lite>. Acesso em: 25 set. 2015.

BEOLCHI JÚNIOR, Ulysses. **História das Drogas**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ulyssesbeolchijrdq/drogas-o-que-preciso-saber/historia-das-drogas>>. Acesso em 20 dez. 2015.

BERGERET, Jean; LEBLANC. J. **Toxicomanias uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BERNFELD, S. Freud's studies on cocaine. In: BICK, R. (ed.). *Cocaine papers by Sigmund Freud*. New York: Meridian, 1975.

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BOITEUX, Luciana. **O controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no direito penal e na sociedade**. 2006 Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOITEUX, Luciana. Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. In: **Revista Jurídica** volume 11, n. 94, 2009.

BOITEUX, Luciana. Drogas e Cárcere: Repressão às Drogas, Aumento da População Penitenciária Brasileira e Alternativas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.), **Drogas Uma Nova Perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

BONNEFOY, Yves. **Dictionnaire des mythologies et des religions des sociétés traditionnelles et du monde antique 1**. France: Flammarion, 1991.

BOSI, Maria. Lucia. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. **Ciencia y Enfermeria**, v. 17, n. 3, p. 575–586, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Editora Harvard Univ Pr., 1991.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. **Revista da Biologia**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2014. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/revista/node/180>>. Acesso em 31 Mar 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.669, de 19 de junho de 1998. Altera a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1669.htm>. Acesso em: 17/04/2015.

_____. **A Política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 10 Mar 2015.

_____. Decreto nº 7.426, de 7 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos para a Defensoria Pública da União. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7426.htm> Acesso em: 17/04/2015.

BRAUDEL, F. Alimentation et catégories de l'histoire. *In: Annales ESC* v. 16, n. 4, 1961, p.725.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. O Direito Penal Sob a Perspectiva Funcional Redutora de Eugenio Raul Zaffaroni. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 101, p. 97-136, 2010. Disponível em: <www.pos.direito.ufmg.br/rbepdocs/101097136.pdf>. Acesso em: 10/10/2015.

BUCHER, Richard. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BURGIERMAN, Denis Russo. **O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. São Paulo: Leya, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JR, W. A. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CAMPBELL, Patricia J.; MACKINNON, Aran; STEVENS, Christy R. **An Introduction to Global Studies**. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010.

CARDOSO, Antônio José da Costa. **A ideologia do combate à maconha. Um estudo dos contextos de produção e de desenvolvimento da ideologia do combate à maconha no Brasil**. 1994. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

CARLINI, E. A. **Maconha (Cannabis Sativa): da "erva de diabo" a medicamento do establishment?** *Ciência e Cultura*, v. 32, n. 6, p. 684-690, 1980.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. **Movimentos e discursos contra as drogas: O caso da sociedade norte-americana**. *Revista Brasileira de Psiquiatria da Associação Psiquiátrica de La America Latina*, v. 17, n. 3, p. 93-101, 1995.

CARNEIRO, Henrique. **Afrodisíacos e alucinógenos nos herbários modernos: a história moral da botânica e da farmácia (séculos XVI ao XVIII)**. 1997 Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. *In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005, p. 257-290.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil**. Natal: Coleção Canavieira, 1962.

CASTANEDA, Carlos. **The Teachings of Don Juan: A Yaqui Way of Knowledge**. Oakland: University of California Press, 2008.

CEBRID. **Bebidas alcoólicas**. Distrito Federal: 2003. Disponível em <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em 01 de Fev. 2016.

CESAROTTO, O. **Um affair freudiano: os escritos de Freud sobre a cocaína**. São Paulo: Iluminuras, 1989.

CHARLES-NICOLAS, A.; VALLEUR, M. As condutas ordálicas. *In: OLIEVENSTEIN, Claude (org), A vida do toxicômano*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 87 – 105.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003. Disponível em: <docente.ifrn.edu.br/edneysilva/convite-a-filosofia/at_download/file> Acesso em 20 Fev. 2016.

CIRLOT, Lourdes (org.), **Museo del Prado II**, Col. «Museos del Mundo», Volume 7, Espasa: Centro Editor PDA, 2007.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.

COSTA, Eduardo Alves da. **No Caminho Com Maiakóvski – Poesia Reunida**. Ed. Geração Editorial, 1ª ed., 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo – pensar com Foucault**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CSETE, Joanne e cols. Public health and international drug policy. **The Lancet**, v. 387, n. 10026, Abr 2016, p. 1427 – 80. Disponível em: <press.thelancet.com/DrugsPolicy1.pdf>. Acesso em: 01 Abr 2016.

DE FÉLICE, P. **Poisons sacrés ivresses divines: essai sur quelques formes inférieures de la mystique**. Paris: Albin Michel, [1936/70].

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

D'ELIA FILHO, Orlando Zacconi. **Acionistas do Nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DELMANTO, Julio. **Camaradas Caretas: Drogas e Esquerda no Brasil após 1961**. 2013 Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DEL OLMO, Rosa. A legislação no contexto das intervenções globais sobre drogas. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 12. p. 65-80, 2002.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística**. São Paulo, Cultrix, 1988. (Original: 1972).

EBERLY, John. **Al-kimia: The Mystical Islamic Essence of The Sacred Art of Alchemy**. Aramnes Press, 1995.

ELIADE, Mircea. **El Chamanismo y las Técnicas Arcaicas del Éxtasis**. Mexico: Fondo de Cultura Economica de Espana, 2003.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. 7ª ed., vol. 1, Madrid: Alianza, 1998.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia elemental de las drogas**. 2ª ed., Barcelona: Anagrama, 2003.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London, Longman, 1989.
- FIORE, Mauricio. **Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público**. São Paulo: Fapesp/Mercado das Letras, 2007.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FORTES, J. R. Albuquerque. História do Alcoolismo. *In*: FORTES, J.R. Albuquerque; CARDO, Walter Nelson. **Alcoolismo: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Sarvier, 1991. p. 1□10.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir: naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986. (Original: 1969).
- FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. *In*: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da clínica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. 13ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001a.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. 2. Paris: Gallimard, 2001b.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade. *In*: **Revista Verve**, São Paulo: Nu-Sol, v. 5, p. 260-276, 2004. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original: 1997).
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 41ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Original: 1971)

FREUD, Sigmund. On Coca. (1884). *In*: BICK, R. (ed.). **Cocaine papers by Sigmund Freud**. New York: Meridian, 1975.

FREUD, Sigmund (1885a). Addenda to On Coca. *In*: BICK, R. (ed.). **Cocaine papers by Sigmund Freud**. New York: Meridian, 1975.

FREUD, Sigmund (1885b). Contribution to the knowledge of the effect of cocaine. *In*: BICK, R. (ed.). **Cocaine papers by Sigmund Freud**. New York: Meridian, 1975.

FREUD, Sigmund (1885c). On the general effect of cocaine. *In*: BICK, R. (ed.). **Cocaine papers by Sigmund Freud**. New York: Meridian, 1975.

FREUD, Sigmund (1887). Remarks on craving for and fear of cocaine. *In*: BICK, R. (ed.). **Cocaine papers by Sigmund Freud**. New York: Meridian, 1975.

GALLUCCI, Mariângela. Brasil tem o terceiro maior número de presos do mundo. **Estadão**, 28 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-o-terceiro-maior-numero-de-presos-do-mundo,616664>>. Acesso em 11 Abr. 2016.

GARCIA, M. L. T & Cols A Política Antidrogas Brasileira: Velhos Dilemas. **Psicologia & Sociedade**; v. 20, n. 2, p. 257-266, 2008.

GAUER, Ruth Maria Chittó. Uma leitura antropológica do uso de drogas. *In*: **Fascículos de Ciências Penais**. Edição especial. Drogas: abordagem interdisciplinar. V. 3, n. 2, abr./mai./jun., 1990.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GBD 2013 Mortality and Causes of Death Collaborators. Global, regional, and national age–sex specific all-cause and cause-specific mortality for 240 causes of death, 1990–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. **Lancet**, v. 385, n. 9963, p. 117-71, 2015.

GEFFRAY, C. Social, economic and political impacts of drug trafficking in the state of Rondônia, in the Brazilian Amazon. *In: Geffray, C.; Fabre, G.; Schiray, M.; (editors). Globalisation, drugs and criminalization – final research report on Brazil, China, India and Mexico.* Paris: United Nations Educational and Scientific Organization (UNESCO) , p. 46 – 64, 2002.

GONTIÈS, Bernard; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 4, n. 7, p. 47-63, 2003. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme07/005-p.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GRANDKE, C. Atividade Onírica dos Dependentes de Álcool e Drogas: Possibilidades de Acesso ao Inconsciente. *In: III Congresso Latino-Americano de Psicologia Junguiana*, Salvador, Bahia, maio de 2003.

GUTTMACHER, H. New medications and therapeutic techniques: concerning the different cocaine preparations and their effect. *In: BICK, Robert (ed.). Cocaine papers by Sigmund Freud.* New York: Meridian, 1975.

HAMMER, Emmanuel Frederick . Aplicações clínicas dos desenhos projetivos. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1981.

HARNER, M. **Alucinógenos y Chamanismo.** Madrid: Guadarrama, 1976.

HENMAN, Anthony Richard. War on drugs is war on people. **The Ecologist**, v. 10, n. 8/9, p. 282-289, oct-nov 1980. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_antho_war.pdf>. Acesso em: 31 Mar 2016.

HENMAN, Anthony Richard. A guerra às drogas é uma guerra etnocida. *In: HENMAN, Anthony e PESSOA, Osvaldo. (Orgs.), Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha.* São Paulo, Editora Ground, 1986, p. 91-111.

HENMAN, Anthony Richard. O que nos ensina o San Pedro? O que nos ensina a folha de coca? Palestra promovida pelo Alto das Estrelas, São Paulo. *In: News*, July 28, 2005a. Disponível em: <<http://www.bialabate.net/news/o-que-nos-ensina-o-san-pedro-o-que-nos-ensina-a-folha-de-coca>>. Acesso em 20 Mar 2016.

HENMAN, Anthony Richard. La Coca Como Planta Maestra: Reforma y Nueva Ética. **Debate Agrario**, v.39, p. 267 - 278, 2005b.

JEUDY, Henri-Pierre. O corpo como objeto de arte. Trad. Tereza Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

JONES, E. **A vida e a obra de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1989. v. 1.

KARAM, Maria Lucia. Drogas, legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. *In:* Curso de extensão promovido pelo Núcleo de Estudos Drogas/Aids e Direitos Humanos do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril 2010. Disponível em: <<http://www.leapbrasil.com.br/textos>>. Acesso em: 15 Mar 2016.

KARAM, Maria Lucia. Proibição às drogas e violação a direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC**. Belo Horizonte, v. 7, n. 25, p. 169-189, 2013. Disponível em <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/62985>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KARAM, Maria Lucia. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. *In:* BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, ELIAS, Lucília Elias (Org.). **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack**, 2. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2014.

KARCH, SB. Diphenhydramine toxicity: comparisons of postmortem findings in diphenhydramine-cocaine-and heroin-related deaths. **Am J Forensic Med Patol**. v. 19, n. 2, p. 143-147, 1998.

KÖHLER, Franz Eugen. **Köhler's Medizinal-Pflanzen in naturgetreuen Abbildungen mit kurz erläuterndem Texte**, Gera-Untermhaus : F.E. Köhler, 1897. Disponível em <www.digibib.tu-bs.de/dfg-files/00000741/3202-0951.pdf >. Acesso em: 17 mar. 2016.

KOSINSKI, Jerzy Nikodem. **O Pássaro Pintado**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1975. (Original: 1965)

LAPATE, Vagner. **Hora Zero: a independência das drogas – antes que os problemas cheguem**. São Paulo: Scortecci, 2001.

LEITE, M. C. História da cocaína. *In:* LEITE, M. C.; ANDRADE, A.G. (Orgs.), **Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 15-23

LE POULICHET, Sylvie. **Toxicomanías y psicoanálisis; las narcoses del deseo**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1990.

LEWIS, Bernard. **Os Assassinos - Os Primórdios do Terrorismo no Irã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MACEDO, Laura Christina; LAROCCA, Liliana Muller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; MAZZA, Verônica de Azevedo. Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v.12, n. 26, p. 649-657, jul.-set. 2008. Disponível em <<http://ref.scielo.org/7dsg4w>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello; BARROS, Maria Elizabeth Barros de (Orgs.). **Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. *In*: SEIBEL, S.; TOSCANO JR., A. (Eds.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2001. p. 25-34.

MARCHELLI, Clarissa Catarina Barletta. O Phármakon na Odisséia: Ambiguidade e Função Narrativa. *In*: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELIGIÃO MITO E MAGIA NO MUNDO ANTIGO & IX FÓRUM DE DEBATES EM HISTÓRIA ANTIGA, 2010, Rio de Janeiro. **Universidade do Estado do Rio de Janeiro Núcleo de Estudos da Antiguidade**. Disponível em: <<http://www.nea.uerj.br/Anais/coloquio/clarissacatarina.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015. p. 58-70.

MARTINS, E. R.; CORRÊA, A. K. Lidar com substâncias psicoativas: o significado para o trabalhador de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. Spe, p. 398-405, Apr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000700015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 dez. 2015.

MCNEILL, William Hardy. **Plagues and Peoples**. New York: Anchor, 1976.

MCWILLIAMS, Nancy. Diagnóstico Psicanalítico: Entendendo a Estrutura da Personalidade no Processo Clínico – 2.ed., São Paulo: Artmed, 2014.

MENÉNDEZ, Eduardo. L. El proceso de alcoholización. Revisión crítica de la producción socioantropológica, histórica y biomédica em américa latina. **Revista centroamericana de ciencias de la salud**. Costa Rica, v. 8, n. 22, 1982, p. 61-94. Disponível em: <<http://biblat.unam.mx/pt/revista/revista-centroamericana-de-ciencias-de-la-salud>>. Acesso em: 05 jul, 2016.

MICHELET, Jules. **A Feiticeira - 500 anos de transformações na figura da mulher**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Informações de Saúde. **Mortalidade, 2016**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>>. Acesso em 01 out. 2015.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra - Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREY, M. Introducción: La Cuestión del Método. *In*: Foucault, M. **Tecnologías del Yo y**

otros Textos Afines. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOTT, Luiz. “A maconha na história do Brasil”. In: Anthony Henman e Osvaldo Pessoa Jr (orgs), **Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha.** São Paulo: Editora Ground, 1986, p. 117-136.

NOGUEIRA, Roberto. Passos. f **Políticas sociais - acompanhamento e análise**, n. 9, p. 139–145, nov. 2004. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO1_Roberto9.pdf>. Acesso em 20 dez. 2015.

NUTT, David; KING, Leslie A.; SAULSBURY, William; BLAKEMORE, Colin. Development of a rational scale to assess the harm of drugs of potential misuse. **Lancet**, v. 369, n. 9566, p. 1047–53, 2007.

OLIEVENSTEIN, Claude. **La vie du toxicomane.** Paris, França: Presses Universitaires de France, 1982.

OLIEVENSTEIN, Claude. **A droga.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

ORNELLAS, Cleuza P. As doenças e os doentes: a apreensão das práticas médicas no modo de produção capitalista. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 19-26, jan 1999. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v7n1/13445.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2015.

ORTEGA Y GASSET, José. **Ensaio de Estética (Mona Lisa, Três Quadros do Vinho e Velázquez).** São Paulo: Editora Cortez, 2011.

OSORIO, J. The contagion of drug violence: spatiotemporal dynamics of the Mexican war on drugs. **J Conflict Resolution**, v. 59, n. 8. p. 1403-32, 2015. Disponível em: <<http://jcr.sagepub.com/content/early/2015/06/08/0022002715587048.abstract>>. Acesso em 01 abr. 2016.

PADOSCH, Stephan A.; LACHENMEIER, Dirk W.; KRÖNER, Lars U. Absinthism: a fictitious 19th century syndrome with present impact. **Abuse Treatment, Prevention, and Policy**, Iowa, USA, vol. 1, n. 14, 2006. Disponível em: <<http://doi.org/10.1186/1747-597X-1-14>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours.** Paris: Dunod, 1969.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (orgs.). **Michel Foucault : sexualidade, corpo e direito.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104

POLO, Marco. *II Milione*, Einaudi, Turim, 1977, pp. 44-46.

POVEDA, José María. **Chamanismo, el Arte Natural de Curar**. Madrid: Temas de hoy, 1997.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio. **O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 25 n. 2, p. 203-211, Abr-Jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2015.

PRIMEIRA HORA NOTÍCIAS. **56,12% dos homicídios no Brasil têm ligação direta com o tráfico. Centro Oeste é Campeão na Criminalidade. 13 set. 2011**. Disponível em: <http://www.primeirahoranoticias.com.br/mato_grosso/4989/5612+dos+homicidios+no+Brasil+tem+ligacao+direta+com+o+tráfico.+Centro+Oste+e+Campeao+na+Criminalidade>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

QUINTANA, Mario. *O aprendiz de Feiticeiro*. São Paulo: Globo, 2006.

REED, Andrew Muller. *Perspectivas sobre Política de Drogas para o segundo mandato Dilma*. **Capitalismo em desencanto**, 26 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/01/26/perspectivas-sobre-politica-de-drogas-para-o-segundo-mandato-dilma/>>. Acesso em 30 Mar. 2016.

RIBEIRO, M.M.; ARAÚJO, M.R. *Política mundial de drogas ilícitas: uma reflexão histórica*. In: Silveira D.X.; Moreira F.G., (org). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Editora Atheneu; 2006.

RIBEIRO, Marcelo; PERRENOUD, Luciane Ogata; DUAILIBI, Sérgio; DUAILIBI, Lígia Bonacim; MADRUGA, Clarice; MARQUES, Ana Cecília Petta Roseli; LARANJEIRA, Ronaldo. **The Brazilian Drug Policy Situation: The Public Health Approach Based on Research Undertaken in a Developing Country**. *Public Health Reviews*, v. 35, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.publichealthreviews.eu/upload/pdf_files/14/00_Ribeiro_etal.pdf>. Acesso em 11 Abr. 2016.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROBINSON, Rowan. **O Grande Livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

RODRIGUÉ, E. **Sigmund Freud: o século da psicanálise**. São Paulo: Escuta, 1995. v. 1.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desativo, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/carloshgn/files/>>. Acesso em 01 mar. 2016.

ROUSSILLON, Renè. A destrutividade e as formas complexas da sobrevivência do objeto. *In*: ROUSSILLON, Renè. **Le Plaisir et la Répétition : Théorie du processus psychique**. Malakoff: Dunod, 2001. Disponível em: <https://reneroussillon.com/en-espagnol-portugais-allemand/a-destrutividade-e-as-formas-complexas-da-sobrevivencia-do-objeto/#_ftn4>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SALES, Benes Alencar. A polissemia do sujeito cartesiano. **Princípios**, Natal, v. 14, n. 22, Jul-Dez 2007, p. 79-92. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/472/406>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SALLES, Lucio Lauro Barrozo Massafferri. **Górgias Leontino. Da Palavra como Phármakon**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAMORINI, G. **Animals And Psychedelics: The Natural World & The Instinct To Alter Consciousness**. Rochester; Vermont: Park Street Press; 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Volume: A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente – ‘um discurso sobre as Ciências’ revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, J. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **J Nurs Health**, Pelotas (RS), v. 1, n. 2, p. 82-93, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/3449>>. Acesso em 10 dez. 2015.

SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. *In*: SAPORI, L.F.; MEDEIROS, R. (editors). **Crack – um desafio social**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; 2010. p. 38-80.

SCHEIDT, J. vom. **As experiências de Freud**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 349-363, Set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 dez. 2015.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SIEGEL, R. K. **Intoxication: The Universal Drive for Mind-Altering Substances**. Rochester; Vermont: Park Street Press; 2005.

SILVA, Luiz Felipe da Cunha e. Cidade Limpa, Cidade Suja: Biopolítica e Fascismo nas Culturas Urbanas Contemporâneas. *In*: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS – CONSTRUIR, RECONSTRUIR, DESCONSTRUIR: MORTE E VIDA DE CENTROS URBANOS, 2011, Alagoas. **Universidade Federal de Alagoas**. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/media/uploads/texto/35_CIDADE%20LIMPA%203%20_revisado_.pdf?1317752896>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SOLINGE, T. B. V. **Drugs and decision-making in the European Union**. Amsterdam: CEDRO/Mets & Schilt Publishers, 2002.

SONENREICH, Carol. **Maconha na Clínica Psiquiátrica**. Cadernos de Psicopatologia, São Paulo: Editora Manole Ltda, v. 3, 1982.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte, (org). **Processos de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STAKE, R. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STANDAGE, Tom. **História do Mundo em 6 Copos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SZABÓ DE CARVALHO, Ilona. O despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas. **Instituto Igarapé**, Nota Estratégica, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://igarape.org.br/o-despertar-da-america-latina-uma-revisao-do-novo-debate-sobre-politica-de-drogas-final/>>. Acesso em: 11 Abr. 2016.

SZABÓ DE CARVALHO, Ilona; PELLEGRINO, Ana Paula. Política de Drogas no Brasil: a Mudança já Começou. **Instituto Igarapé**, Artigo Estratégico, Rio de Janeiro, 16 de março de 2015. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16_CADERNO-DE-EXPERI%C3%84NCIAS_24-03w.pdf>. Acesso em 11 Abr. 2016.

SZASZ, Thomas Stephen. **A Fabricação da Loucura: Um Estudo Comparativo da Inquisição e do Movimento de Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1984.

SZASZ, Thomas Stephen. **Nuestro derecho a las drogas: en defensa de un mercado libre**. Barcelona: Anagrama, 1993.

THOMÉ, Otto Wilhelm: **Flora von Deutschland, Österreich und der Schweiz**. Gera-Untermhaus, Germany, Köhler, 1885. Disponível em: <<http://biolib.mpiiz.mpg.de/thome/index.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

TOSCANO JR., A. Um breve histórico sobre o uso de drogas. *In*: SEIBEL, S.; TOSCANO JR., A. (Eds.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 7-23.

VARGAS, Eduardo Viana. Os Corpos Intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. Disponível em: <books.scielo.org/id/yw42p/pdf/duarte-9788575412572.pdf>. Acesso em 01 mar. 2016.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 41-64. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16166>>. Acesso em 20 dez. 2015.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. O consumo da Cannabis e suas representações culturais. *In*: CENTRO DE DEBATES MARIA SABINA (org). **Maconha em debate**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/download/3988/2766>>. Acesso em: 01 Mar 2016.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. *In*: ZALUAR, A. (org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. O estudo do comportamento desviante. *In*: VELHO, Gilberto Cardoso Alves (org.). **Desvio e Divergência - Uma Crítica da Patologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11 – 28. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1049361/mod_folder/content/0/VELHO,%20Gilberto.%20O%20estudo%20do%20comportamento%20desviante%20%5BCap1%20em%20Desvio%20e%20diverg%C3%Aancia%5D.pdf?forcedownload=1>. Acesso em 05 jul. 2016.

VIANNA, Leonardo Lobo de Andrade. Teoria da Vulnerabilidade de Zaffaroni: bases sociológicas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 17, n. 3266, jun. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21977>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

VIGANÒ, C. A construção do caso clínico em saúde mental. **Curinga Psicanálise e Saúde Mental**. n. 13, set. Belo Horizonte: EBP (Escola Brasileira de Psicanálise) - MG, p. 50-59, 1999.

VOLOSHINOV, V. N. (MIKHAIL BAKHTIN). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

WACQUANT, L. The militarization of urban marginality: lessons from the Brazilian metropolis. **International Political Sociology**, v. 2, p. 56-74, 2008. Disponível em: <<http://loicwacquant.net/assets/Papers/MILITARIZATIONURBMARGBRAZIL.pdf>>. Acesso em: 11 Abr. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 30 Mar. 2016.

WATHELET, Paul. Dieux et enchantements dans l'épopée homérique. *In*: MOREAU, A. (et alli.) **La Magie**. Tome 2. Montpellier II: Publications de la recherche Université, 2000.

WEIL, A. **The Natural Mind: A Revolutionary Approach to the Drug Problem (Revised edition)**. Boston: Houghton Mifflin; 2004.

WEISS, R. D.; MIRIN, S. M.; BARTEL, R. L. **Cocaine**. Washington-DC: American Psychiatric Press, 1994.

WERB, Dan; ROWELL, Greg; GUYATT, Gordon; KERR, Thomas; MONTANER, Julio; WOOD, Evan. Effect of drug law enforcement on drug market violence: a systematic review. **Int J Drug Policy**, v. 22, n. 2, p. 87-94, Mar 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.drugpo.2011.02.002>>. Acesso em 11.Abr 2016.

WHO, UN Office on Drugs and Crime, UNDP. **Global Status Report on Violence Prevention 2014**. Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/>. Acesso em: 01. Out. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro Parte Geral**. 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em Busca das Penas Perdidas. A perda de legitimidade do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZOJA, Luigi. **Nascer Não Basta**. São Paulo: Axis Mundi, 1992.

ZUARDI, Antonio Waldo. "History of cannabis as a medicine: a review." *In*: **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, n. 2, Jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Out. 2015.

APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Caro senhor,

Estamos convidando o senhor para participar de um estudo que será desenvolvido por nós, Rita de Cássia Rebouças Rodrigues e Ricardo José Soares Pontes, no qual queremos compreender o lugar da subjetividade no contexto da Política sobre Drogas no Brasil.

Garantimos que as informações que nos disser serão usadas apenas para a realização do estudo e divulgadas em meio científico. As entrevistas serão gravadas em formato de áudio. Garantimos que seu nome não será divulgado, bem como qualquer informação que possa identificá-lo. O estudo não trará nenhuma despesa para você. O senhor poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Caso precise entrar em contato comigo, informo-lhe meu nome e telefone:

Rita de Cássia Rebouças Rodrigues – Psicóloga pela UFC

Telefone: (88) 99712 6436 Endereço eletrônico: ritareboucas@hotmail.com

CONSENTIMENTO PÓS- ESCLARECIMENTOS

Eu, Francisco Hélio da Costa, RG/CPF _____ declaro que tomei conhecimento do estudo citado acima, compreendi seus objetivos e concordo em participar da pesquisa.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2015.

Francisco Hélio da Costa – Assinatura do Colaborador da Pesquisa

Rita de Cássia Rebouças Rodrigues – Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE 2 - TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Política de Drogas e Subjetividade - Contribuições das Perspectivas de Michel Foucault e da Biopolítica para os Discursos Contra(a)dictos”, sob a coordenação e a responsabilidade do Prof. Ricardo José Soares Pontes, do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará o qual terá o apoio desta Instituição.

Icapuí, 01 de Julho de 2016.

José Valdir Rodrigues
Secretário de Saúde e Saneamento
Prefeitura Municipal de Icapuí